

PATHOS

Volume 10, número 02, 30 de novembro de 2024. ISSN 2447-6137

Racismo, suas diversas faces

Foto: Bruno Itan



PATHOS

Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia

ISSN 2447-6137 DOI 10.59068/24476137

**Racismo, suas
diversas faces**

EXPEDIENTE

CONSELHO EDITORIAL

Andréia Alves Teixeira

Editora Chefe

Psicóloga Clínica e Escolar. Pedagoga. Psicanalista. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela FSP/USP. Aperfeiçoamento em Queixa Escolar pelo IP/USP. Na educação desde 1994, atuando de 2014 à 2023 com queixa escolar no município de Taboão da Serra/SP, onde atualmente compõe o Grupo Sankofa - Pedagogia Antirracista e desenvolve e coordena o Programa Elo - Prevenção e Promoção de Saúde Mental Nas Escolas. Formadora na área de Psicologia na interface com a Educação. Coordena o grupo de estudos Educação Antirracista. Co-fundadora e editora da Revista Científica Pathos. Membro do Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (GIQE). Contatos: andreiapsi07@gmail.com/  @psicologa.andreiaalves



Cristiano Rodineli

Editor de Seção

Psicólogo. Mestre e doutorando em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador das áreas da socioeducação, adolescência e violências. Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública (FSP-USP), e em Políticas Públicas e Socioeducação (UnB). Professor universitário. Contatos: cristiano.rodineli@unifesp.br/  @cristianorodineli

Ricardo Rentes

Editor de Seção

Psicólogo, Psicanalista, Mestre em Ciências Humanas, Sociais e Criminologia pela UFP do Porto - Portugal. Pós-graduado em Saúde Mental e Justiça pelo Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico Prof. André Teixeira Lima (FUNDAP). Pós-graduado em Psicopatologia e Saúde Pública pela USP. Professor dos Cursos de Especialização em Psicanálise Winnicottiana e em Saúde Mental e Saúde Coletiva, ambos pela Universidade Cruzeiro do Sul. Professor do Curso de Especialização em Psicologia Jurídica pela Universidade São Camilo. Supervisor nas áreas de Saúde Mental e Assistência Social. Autor do livro: "Os Meninos de Heliópolis - O ser e fazer de adolescentes em conflito com a lei e a sintomática criminal". Ed. Appris, (2022). Contatos: rickrentes@gmail.com /  @rickerentes



CONSELHO CIENTÍFICO

*Dra. Renata Udler Cromberg (Sedes Sapientiae)
madrinha da revista*

*Dra. Ana Carolina Perrella (PUC-SP)
Dra. Ana Isabel Martins Sani (UFP-Portugal)
Me. Augusto Ribeiro Coaracy Neto (PUC-SP)
Me Cibele Lopes Barbará (PUC-SP)
Dra. Glória Sviatlana Jóluskin (UFP-Portugal)
Me. Karen Cristina Martins Alves (FPM-MG)
Dra. Leila Salomão de La Plata (USP)
Dra. Margarida Calligaris Mamede (UCS-SP)
Dra. Marineide de Oliveira Gomes (UNIFESP)
Dra. Sônia Maria Martins Caridade (UFP-Portugal)*

SITE

www.revistapathos.com.br

REDES SOCIAIS

Instagram



INDEXADORES



REVISTA ASSOCIADA A



AVALIAÇÃO CAPES QUALIS 2017-2020: B4



SUMÁRIO

Expediente.....	02
Sumário.....	04
Editorial.....	05
Fotografia.....	08

TEXTOS

A população negra e a insurgência contra as desigualdades sociais: A luta pela legitimação de seus saberes e sua existência.....	10
<i>Erineide Oliveira</i>	
Como florescer em uma terra preparada para te matar? Reflexões sobre racismo, saúde mental e modos de fazer em psicologia.....	25
<i>Débora Elianne R. de Souza</i>	
O estupro de Kehinde e a violência sexual como prática social histórica no Brasil: breve resgate histórico-jurídico.....	39
<i>Monica Daniele Maciel Ferreira</i>	
A guerra de todos e de ninguém.....	54
<i>Michele Borges</i>	
Que lixão é esse? Uma história sobre racismo ambiental contada por Maria e seus filhos.....	66
<i>Luísa Albino Almeida e Cristiano Rodineli de Almeida</i>	
Sobre Nós.....	80



Racismo, suas diversas faces

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137editorial>

O racismo no Brasil é um fenômeno complexo e multifacetado, que se manifesta de diversas maneiras, privilegiando grupos étnicos brancos, oprimindo e subordinando grupos étnicos negros. Suas diversas faces estão presentes em nosso cotidiano, mesmo que de forma escamoteada, mas não por isso inerte na produção de desigualdades. Ao contrário, cria estruturas, estabelece relações e lugares, e rege a vida de milhares de pessoas. Enquanto movimento pedagógico de enfrentamento, entendemos a necessidade de destrinchar, revelar e trazer à tona algumas das faces do racismo no país são:

Racismo Estrutural - está enraizado na estrutura social, alicerçando-a. Refere à forma como instituições e sistemas sociais perpetuam desigualdades raciais. Manifesta-se sobretudo em áreas como educação, saúde, mercado de trabalho e justiça criminal. Imprime barreiras que impedem e dificultam que negros (pretos e pardos) acessem e usufruam dessas áreas.

Racismo Institucional - promove exclusão através de práticas e políticas em instituições públicas e privadas, desde exclusão em processos de seleção a barreiras para ascensão e ocupação de lugares de poder.

Racismo Ambiental - processo de discriminação sofrido por moradores e moradoras das periferias, predominantemente pessoas negras. Poluição e degradação, seguidas por falta de saneamento básico nestes locais, aumentam a vulnerabilidade já sofrida pela população negra, historicamente marginalizada e invisibilizada.

Foto: Bruno Itan

Racismo Econômico - afeta diretamente o desenvolvimento econômico e social do país, promovendo privilégios a uma minoria em detrimento de uma maioria. À população negra (pretos e pardos) é impedido e/ou dificultado o acesso à educação e profissionalização e, conseqüentemente, à empregabilidade formal e à ascensão.

Racismo recreativo - difundido através do humor, hostiliza, menospreza e animaliza povos minorizados. Usado como recreação, o humor discriminatório serve à manutenção da imagem positiva das pessoas brancas e difunde os valores sociais da sociedade. Nesta face do racismo, manifestam-se desde xingamentos diretos e “piadas” a microagressões, tomadas, por vezes, como solicitude e polidez quando, por exemplo, um(a) segurança de shopping pergunta se a pessoa negra precisa de ajuda.

Racismo cultural - baseia-se na crença de que uma cultura é superior a outra. Difunde-se por meio de religião, linguagem, elementos culturais. O importante ativista contra o racismo, defensor dos direitos da população negra, intelectual e político brasileiro, Abdias do Nascimento, defendia a valorização da arte e da cultura afro-brasileiras como ferramentas imprescindíveis para conscientização e resistência contra a opressão. Afirmção e celebração da identidade negra são pilares de seu pensamento, bem como educação e engajamento político como caminhos para transformação social.

Assim, tendo o panorama de algumas das multifaces do racismo, a Revista Pathos, em consonância ao pensamento de Abdias do Nascimento por meio da educação e do engajamento político e social, traz o Dossiê temático “Racismo, suas diversas faces”.

Iniciamos agradecendo ao fotógrafo Bruno Itan, o qual, gentilmente, cedeu-nos parte de sua produção. A potência dessas imagens registradas por Bruno abrilhantou ainda mais nossos textos.

O artigo *A população negra e a insurgência contra às desigualdades sociais: A luta pela legitimação de seus saberes e sua existência*, da autora Erineide Oliveira, reflete sobre o racismo a partir das imposições sociais que promovem revolta e produzem necessidade de luta, sendo indispensáveis as políticas realizadas pelos movimentos negros.

No relato *Como florescer em uma terra preparada para te matar? Reflexões sobre racismo, saúde mental e modos de fazer em psicologia*, a autora Débora Eliane R. de Souza compartilha inquietações e experiências vividas na e com a saúde mental da população negra, tendo como pano de fundo os processos de invisibilização e subalternização desta população e a complexidade de atravessá-los sem enlouquecer ou tendo a loucura como saída para a vida.

No ensaio *O estupro de Kehinde e a violência sexual como prática social histórica no Brasil: breve resgate histórico-jurídico*, a autora Monica Daniele Maciel Ferreira, lança mão da literatura como ferramenta criativa de problematização de uma prática social histórica no Brasil: o estupro. A história do estupro de Kehinde, bem como as demais histórias de sua vida, contadas na obra 'Um defeito de Cor', permeiam o desenvolvimento de algumas reflexões críticas acerca do lugar do estupro na sociedade.

No relato de prática *A guerra de todos e de ninguém*, a autora Michele Borges faz uma análise sobre o termo guerra no Brasil, como ele é entendido na sociedade, como e quem são as pessoas afetadas.

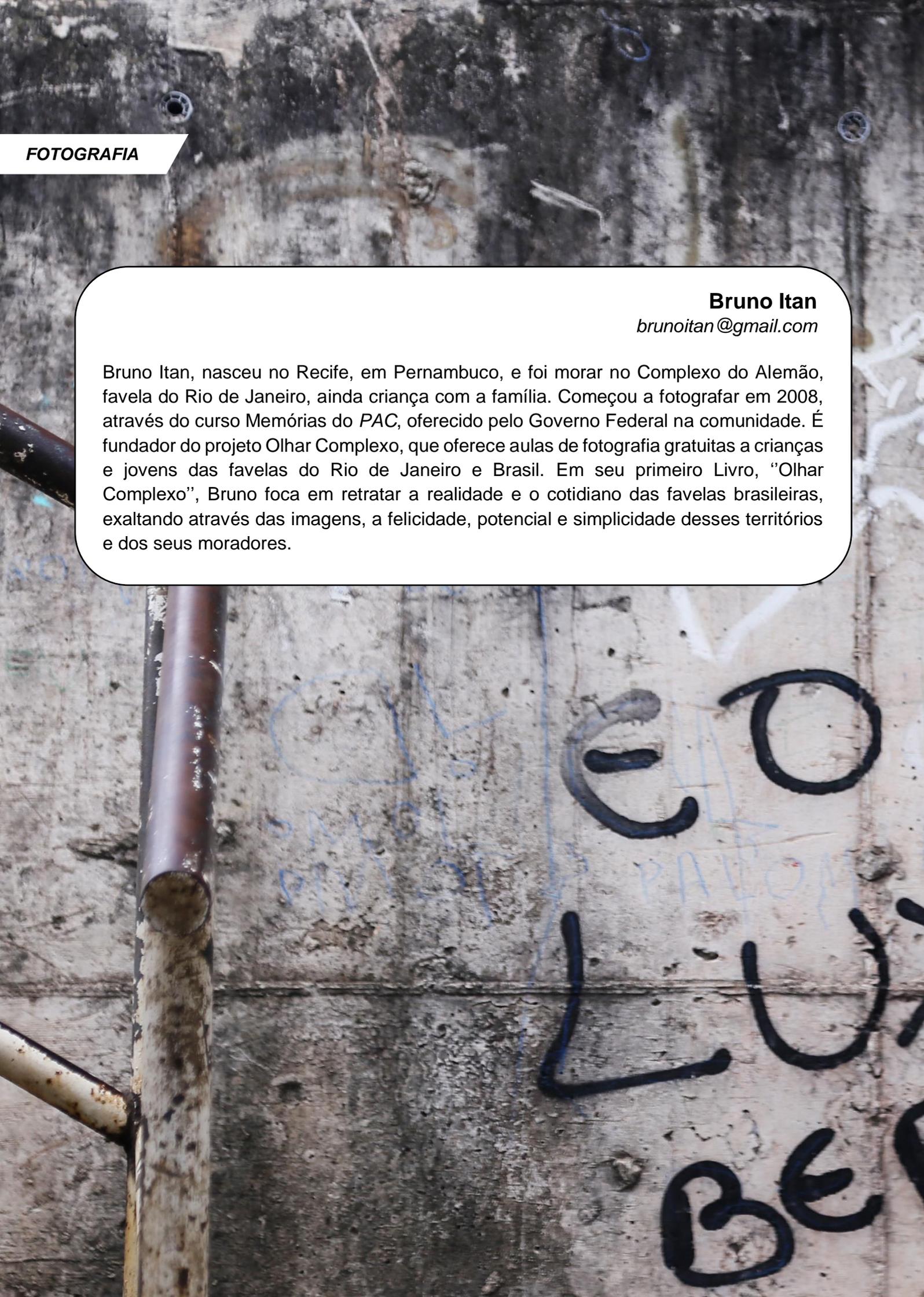
Na história em quadrinhos *Que lixão é esse? Uma história sobre racismo ambiental contada por Maria e seus filhos*, os autores Luísa Albino Almeida e Cristiano Rodineli de Almeida denunciam o racismo ambiental sofrido por famílias periféricas, predominantemente negras, que sofrem com os lixões que prejudicam a saúde, desvalorizam as moradias, poluem o solo, dentre outras mazelas, chamados de aterros sanitários.

Esperamos, com este Dossiê, provocar o leitor a se tornar testemunha de tais relatos, assumindo uma postura ética e crítica enquanto posicionamento antirracista. Como diria Fanon (2008) "*Aquele que hesita em me reconhecer se opõe a mim*" (pág. 182).

Desejamos a todas, todos e *todes* uma ótima leitura!

Os editores

Fanon, F. (2008) *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Edufba.

A photograph of a weathered wall with graffiti and a metal pipe. The wall is made of concrete and has several layers of graffiti. In the foreground, a vertical metal pipe runs down the left side. The graffiti includes the word 'PALOMA' in blue and 'BE' in black. There are also some blue scribbles and other markings on the wall.

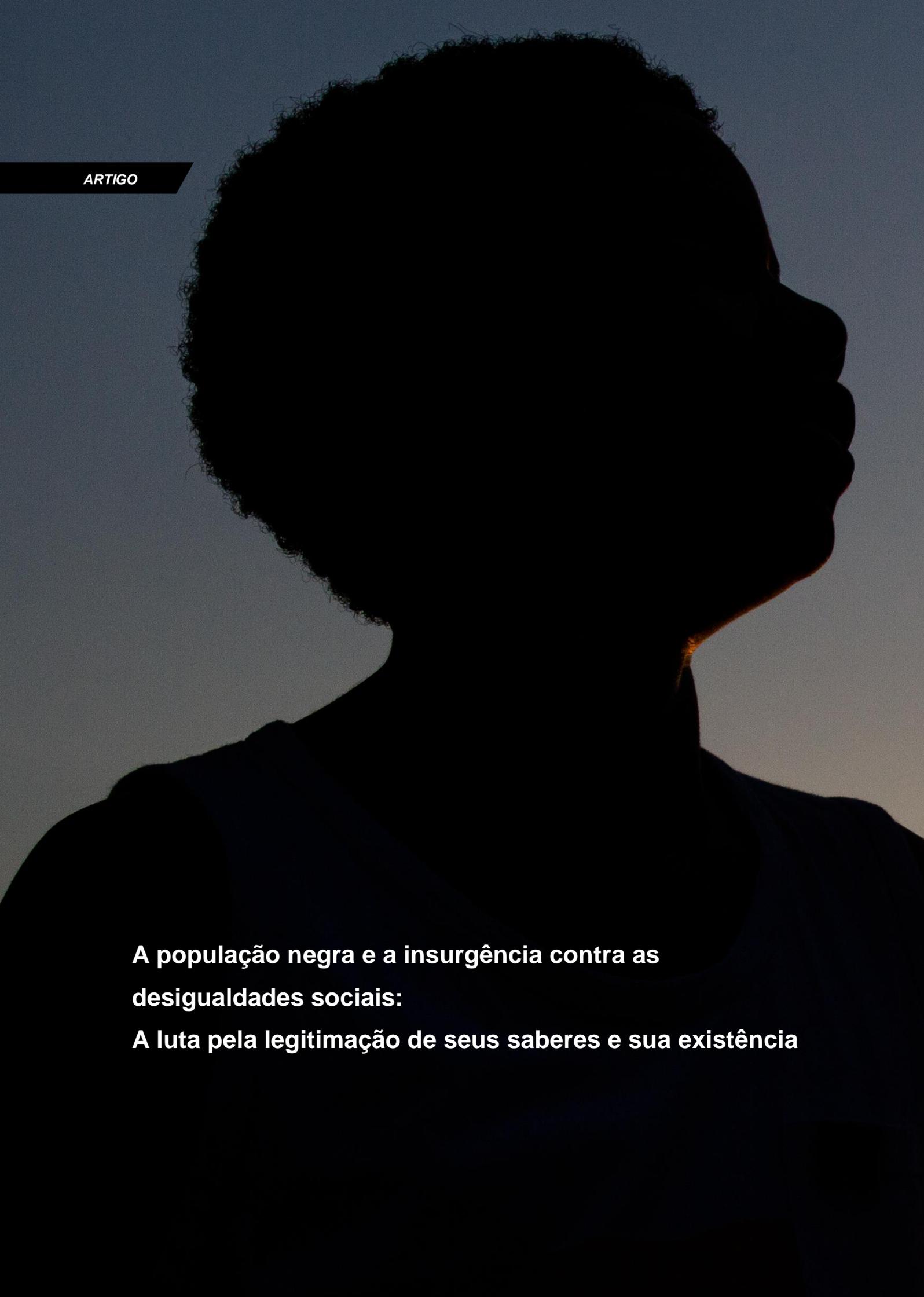
FOTOGRAFIA

Bruno Itan

brunoitan@gmail.com

Bruno Itan, nasceu no Recife, em Pernambuco, e foi morar no Complexo do Alemão, favela do Rio de Janeiro, ainda criança com a família. Começou a fotografar em 2008, através do curso Memórias do PAC, oferecido pelo Governo Federal na comunidade. É fundador do projeto Olhar Complexo, que oferece aulas de fotografia gratuitas a crianças e jovens das favelas do Rio de Janeiro e Brasil. Em seu primeiro Livro, "Olhar Complexo", Bruno foca em retratar a realidade e o cotidiano das favelas brasileiras, exaltando através das imagens, a felicidade, potencial e simplicidade desses territórios e dos seus moradores.



A silhouette of a Black person's head and shoulders, shown in profile facing right. The person has short, curly hair. The background is a dark, gradient blue-grey. A small black rectangular box with the word 'ARTIGO' in white is located in the upper left corner.

ARTIGO

**A população negra e a insurgência contra as
desigualdades sociais:**

A luta pela legitimação de seus saberes e sua existência

Erineide Oliveira

eripoeta1975@gmail.com

Assistente social; poeta; mestre em direitos, humanidades e outras legitimidades-USP; militante do movimento feminista e do movimento negro; autora dos livros de poesia: Amores de 1997; Palavra Muda, de 2019; Vozes Escutadas, de 2022; e Ciranda das noites nuas, de 2024.

Foto: Bruno Itan

**A população negra e a insurgência contra as desigualdades sociais:
a luta pela legitimação de seus saberes e sua existência.**

**The black population and the insurgency against social inequalities:
the struggle for the legitimation of their knowledge and their existence.**

**La población negra y la insurgencia contra las desigualdades sociales: la
lucha por la legitimación de sus conocimientos y su existencia.**

Resumo

A reflexão aqui proposta se dá a partir da compreensão de que o problema do racismo não está no sujeito, não está em ser negro, mas nas imposições de uma sociedade racista que promove revolta, produz impulso de luta e faz o negro tomar posições que refletem diretamente na sua ocupação dos espaços e na legitimação de sua identidade, compelindo-o a buscar melhores condições de movimentação nas estruturas sociais. Para tanto é indispensável a postura política assumida nos movimentos negros, não se constituindo, contudo, na única forma possível de se colocar em luta. Vale ressaltar que se os saberes, a cultura e as epistemologias produzidas por grupos socialmente minorizados não são legitimadas, sua memória e sua inclusão ficam comprometidas e, por consequência, suas identidades invisibilizadas. Nesse sentido, garantir a cultura, os costumes e os saberes de um grupo como legítimos é, em si, garantir que esse grupo tenha sua identidade respeitada e sua existência possível. Existe uma tradição cultural periférica que não está inscrita na estrutura social brasileira, que não é reconhecida nem legitimada pelo Estado no âmbito das produções culturais. Não são reconhecidas porque são produzidas pelas periferias econômicas, cujos saberes não hegemônicos não interessam às classes dominantes. Infere-se, então, que esse apagamento resulta das desigualdades sociais.

Palavras-chave: Desigualdade. Racismo. Cultura.

Abstract

The reflection proposed here is based on the understanding that the problem of racism is not in the subject, it is not in being black, but in the impositions of a racist society that promotes revolt, produces momentum of struggle and makes the black take positions that reflect directly in their occupation of spaces and in the legitimation of their identity compelling him to seek better conditions of movement in social structures. Therefore, it is essential the political stance taken in black movements, not constituting, however, the only possible way to put in struggle. It is noteworthy that if the knowledge, culture and epistemologies produced by socially minority groups are not legitimized, their memory and inclusion are compromised and, consequently, their identities are invisible. In this sense, guaranteeing the culture, customs and knowledge of a group as legitimate is, in itself, ensuring that this group has its identity respected and its existence possible. There is a peripheral cultural tradition that is not inscribed in the Brazilian social structure, which is neither recognized nor legitimized by the State in the context of cultural productions. They are not recognized because they are produced by the economic peripheries, whose non-hegemonic knowledge does not interest the ruling classes. It is inferred, then, that this erasure results from social inequalities.

Keywords: Inequality. Racism. Culture.

Resumen

La reflexión aquí propuesta parte de la comprensión de que el problema del racismo no está en el sujeto, no está en ser negro, sino en las imposiciones de una sociedad racista que promueve la revuelta, produce impulso de lucha y hace que los negros tomen posiciones que reflejan directamente en su ocupación de espacios y en la legitimación de su identidad, obligándolo a buscar mejores condiciones de movimiento dentro de las estructuras sociales. Para ello, la postura política adoptada en los movimientos negros es fundamental, aunque no es la única manera posible de ponerse en lucha. Vale destacar que si no se legitiman los conocimientos, la cultura y las epistemologías producidas por grupos socialmente minorizados, su memoria e inclusión se ven comprometidas y, en consecuencia, sus identidades se vuelven invisibles. En este sentido, garantizar la cultura, las costumbres y los conocimientos de un grupo como legítimos es, en sí mismo, garantizar que ese grupo tenga respetada su identidad y sea posible su existencia. Hay una tradición cultural periférica que no está inscrita en la estructura social brasileña, que no es reconocida ni legitimada por el Estado en el ámbito de las producciones culturales. No son reconocidos porque son producidos por las periferias económicas, cuyo conocimiento no hegemónico no interesa a las clases dominantes. Se infiere, entonces, que este borrado resulta de las desigualdades sociales.

Palabras clave: Desigualdad. Racismo. Cultura.

Introdução

A partir da dominação do território brasileiro, pelos europeus, e de sua colonização, e escravização de negros e negras, sequestrados da África e trazidos para o Brasil para a mão de obra explorada, deu-se o processo de negação de parte significativa dos saberes desenvolvidos e manifestados pelas populações pretas e outras não brancas, como as populações originárias. Isso causou extremos estragos na condição social dos negros e indígenas, inviabilizando sua movimentação no corpo social e na construção de epistemologias socialmente validadas.

A construção de epistemologias, que são os saberes e conhecimento humano, sempre se fez necessária para as identidades das populações. Cabe dizer que, a despeito da produção de suas epistemologias, todo o conhecimento e saberes advindos de algumas populações são ignorados e considerados desnecessários, como ocorreu com os saberes e a cultura negra.

No Brasil, após quase 400 anos de escravidão dos povos negros, a chamada abolição foi seguida de um sistemático exercício de expulsão de pessoas negras dos grandes centros, por meio de estabelecimento de leis e de criminalização da cultura negra, bem como da política higienista das classes dominantes, desdobrando-se na consequente ocupação das periferias por essas populações.

Almeida (2020, p. 32), assevera que

(...) racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta no meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem” (p.32).

Em decorrência do racismo, cujos efeitos ainda assolam a população negra de forma dramática, houve, e há, no imaginário social, a sentença de desprezo por tudo que diz respeito a essas populações. Na vida prática isso significa constatar que não se valoriza nem se promove as artes, a ciência, os saberes, os costumes, a religião e epistemologias das populações negras.

As epistemologias legitimadas são sempre as das populações brancas. Tudo que esteja fora desse eixo não encontra eco na sociedade. É necessário ressaltar que desde o início da escravização sempre houve luta dos negros em busca de liberdade, de legitimidade e de ocupar a cena no lugar de sujeito social e pleno. Sempre em riste e na obstinação de viver melhor, essa é a realidade da população negra desde a escravização de seus corpos. Nunca a sujeição e a acomodação, como quiseram nos fazer acreditar, nos livros e na produção de história, contada pelos brancos, que sempre narraram o mundo à sua maneira e sem honestidade histórica e social dos fatos.

Perversidades históricas e seus efeitos

Adiche (2019), aponta para “o perigo de uma história única, que, quando contada demais vezes a repetição faz a população acreditar naquela versão da história, sem questionar possibilidades outras”, e ignorar outras narrativas que possam desdizer ou colocar em dúvida o que fora contado amiúde. Nogueira (2021), afirma que

(...) por mais de três séculos as principais atividades econômicas mercantes brasileiras basearam-se no trabalho do negro escravizado. A historiografia oficial nos conta que a substituição do braço escravizado indígena pelo do negro se deu por este apresentar maior resistência física e por ser mais dócil. O que essa historiografia não nos conta é que os negros resistiram violenta e sistematicamente à escravidão (p.31).

Essa é a realidade dos negros e negras, escravizados e escravizadas em territórios que colonizados, não tiveram a oportunidade de legitimar socialmente sua versão real da história. Para além da apropriação de seus corpos, houve a apropriação de suas culturas, suas lutas, suas crenças, a partir do uso de força e dominação por parte dos colonizadores. Os ranços desse crime na humanidade têm desdobramentos sociais graves, até a atualidade, inclusive, criminalizando e menosprezando os saberes e as epistemes dessas populações. Vivemos numa sociedade assentada na desigualdade, cujos efeitos se revelam em injustiças sociais que assolam a vida da classe não hegemônica, que se vê compelida a buscar novas formas de sobrevivência e se reinventar, de forma constante, objetivando a manutenção de sua existência.

Urgente é que consigamos mudar os rumos, rever a cultura de empobrecimento das populações excluídas, e garantir espaços de fala, de vozes que sejam ouvidas, a quem foi silenciado por séculos. Igualdade de direitos e acesso são desafios a serem vencidos com urgência, já que precisamos todos caber no mesmo mundo, e de forma justa.

É cada vez mais imperativa a necessidade de buscar direitos negados a parte da sociedade brasileira e ocupar os lugares que são negados aos negros, pois o racismo ainda opera, ampliando as desigualdades e impedindo acessos. Viver nos territórios periféricos alija homens e mulheres da vida dos grandes centros, sendo que esse apagamento provoca o epistemicídio de seus modos de vida, de suas culturas e produções de saberes, tornando a população das periferias invisível para as políticas públicas.

O exercício da inclusão e a garantia do acesso às políticas públicas pode promover a filiação do excluído a seu lugar devido de sujeito, promovendo sua filiação social, a partir do respeito às suas identidades. A cultura hegemônica elege seus integrantes de forma a banir as possibilidades da população que vive às margens da geografia que importa ao sistema. Ignorar e não dar lugar às populações periféricas é uma maneira de mostrar onde cada grupo deve permanecer.

Se refletirmos sobre o modo como se deu o processo de periferização da população brasileira encontramos no bojo desse processo os resquícios da escravização de negros e do racismo aos quais essa população foi e é sujeitada, tudo isso somado à história de autoritarismo, herança do período colonial, que reforça o poder de mando e dominação de determinados grupos, em relação a outros sem poder econômico e político. Sem amparo do Estado, e com sua cultura marginalizada, os negros, aos quais não foram ofertados espaços de moradia, após a “libertação da escravidão”, e sofrendo processo de expulsão dos centros urbanos, se viram compelidos a buscar espaços não urbanos, a fim de erigir moradia.

Esse perverso movimento de grupos privilegiados em detrimento às condições da população negra, nos faz constatar um dado de racismo, como expõe Almeida (2020, p. 34): “O racismo articula-se com a segregação racial, ou seja, a divisão espacial de raças em localidades específicas - bairros, guetos, bantustões, periferias, etc.”.

Essa divisão objetiva separar a população entre os que a tudo têm e os que não usufruem dos direitos que a constituição lhes garante, sujeitados à estigmatização que acompanha territórios periféricos, socialmente marcados como sinônimos de pobreza, precariedade, violência, além das dramáticas distâncias em relação aos centros, que dificultam, sobremaneira, os acessos.

Organização geográfica e racismo estrutural

A partir da expansão das periferias, ocupadas majoritariamente por população negra, se estabeleceram diferenças sociais agressivas que perduram, em alguma medida, até os dias atuais. As diferenças não se expressam apenas nas dificuldades de acesso geográfico aos grandes centros, mas se traduz em exclusão, violência policial, falta de equipamentos públicos adequados, desemprego, falta de saneamento básico e culpabilização social dos periféricos por sua condição, pelos grupos socialmente privilegiados.

Se esse processo de periferização, outrora não foi olhado com justiça, é necessário que isso seja revisto, urgentemente, a fim de que sejam estabelecidas possibilidades de vidas dignas, de existências legitimadas, em qualquer espaço onde se consiga viver, por imposição das desigualdades. É injusto, porém, disseminar a narrativa nociva de que negros, pobres e periféricos não sobrepõem a situação de pobreza por falta de vontade pessoal. Não se escolhe por ficar do lado *negativo* da história, não se autoimpõe uma situação de desvantagem social. Quando uma sociedade se depara com uma situação de dominação, onde a sujeição é imposta a determinados grupos, é tão injusto quanto leviano asseverar que não há esforço para driblar a situação outrora forçada.

Como traduz Nascimento (2021):

Ora, é conhecido que, no momento em que os deslocamentos de populações se fazem de uma província para outras, durante o período escravagista, não se poupavam negros já libertos, nem indígenas, nem caboclos. Também pode se inferir que as populações livres, mesmo os brancos, não tinham condições de conseguir trabalho senão no regime de contratos, o que não ficava muito longe do regime de trabalho escravo (p.202).

Nesse sentido, podemos observar que não havia escolha, mas imposição de um sistema excludente, que não garantia a possibilidade de permanência e de existência de determinados grupos, que se ajeitaram como puderam, a fim de buscar meios de sobrevivência. Dessa forma, cabe-nos aceitar que é preciso implementar políticas de combate às questões sociais advindas desse período, que se sustentam até a atualidade, causando danos incalculáveis a alguns grupos sociais.

Vale ressaltar que a maior parte da população das periferias é negra, o que tem ligação direta com a colonização e seus efeitos na vida práticas das pessoas negras. Segundo Nogueira, (2021, p. 57):

A libertação da escravatura não significou, para o negro, ingresso na classe trabalhadora; ao contrário, tal processo foi vivenciado como um abandono: abandonado pelos senhores, ele se tornava um peso, um excedente na estrutura social. O negro, conseqüentemente, veio a pretender um lumpemproletariado; mesmo atualmente, grande parte da população negra se encaixa nessa categoria, ou, pelo menos, é assim que, nas representações sociais, se constitui a imagem da população negra. Após o período abolicionista, a grande massa negra, portadora de uma força de trabalho não qualificada relativamente ao processo industrial, permaneceu literalmente à margem do processo de socialização porque fora alijada do processo de produção.

A equidade racial se faz urgente, pois as diferenças, quando são hierarquizadas se desdobram em mortes físicas e simbólicas e impedem as existências de quem é considerado socialmente inferior. Uma sociedade digna para todos precisa de justiça social para os negros e negras que ainda são assolados pelos efeitos nocivos de tantos séculos de sujeição e exclusão. (p.22)



Foto: Bruno Itan

Não há que se responsabilizar ou culpabilizar a população negra por sua escassez de qualificação profissional, ou de inserção inadequada e insuficiente no mercado de trabalho, pois é necessária a leitura social honesta de que esse processo de exclusão dos negros é parte de um projeto social, político e econômico que visa à manutenção do poder em algumas categorias da população. Sobre essa afirmação apresento o argumento de Spivak, (2010):

A reprodução do trabalho requer não apenas uma reprodução de suas habilidades, mas também e ao mesmo tempo, uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante por parte dos trabalhadores, e uma reprodução da habilidade de manipular a ideologia dominante corretamente por parte dos agentes de exploração e repressão, de modo que eles também venham a prover a preponderância da classe dominante (p.33).

O Negro como elemento de participação e não de pertencimento

Para além da busca de manutenção do poder, pela classe dominante, está posto o classismo que subjuga as classes trabalhadoras, consideradas subalternizadas, e promove sua conseqüente exclusão do cenário social. Nos grandes centros os periféricos geralmente são aceitos apenas debaixo dos uniformes que anunciam e demarcam o lugar que devem ocupar. É assim que seguem: participando, mas não pertencendo. Todos os dias voltam para a realidade que cerceia a mobilidade social, lotando transportes precários e insalubres, em trajetos extensos e extenuantes.

O periférico nem sempre se sabe sujeito, pois o projeto social de exclusão, por vezes, promove o apagamento de identidade e perda de pertencimento, sendo assim, são tornados objetos da engrenagem que faz pobres serem cada vez mais pobres, produzindo e servindo para aumentar os patrimônios das elites. E só quem vive e experimenta no corpo o que é vivenciar e enfrentar uma cidade que te olha de cima pra baixo, que minimiza quase te invisibilizando, é quem sabe as lutas que precisam ser ganhas.

Nesse contexto, vale ressaltar que, nos grandes centros, ser periférico encobre a categoria de brancura dos sujeitos, vez que em alguns espaços pessoas brancas periféricas não são inseridas nos grupos privilegiados, são periféricas e, portanto, ocupam lugares subalternizados, com a única diferença de não sofrer as investidas do racismo.

É essa a lógica da branquitude de colocar limites entre quem é realmente branco e quem não terá espaço social. No caso acima citado, um homem branco, contudo, periférico, não é enxergado com branco, vez que não tem acessos e não engrossa a pequena e seleta fila do poder, que é o que legitima a branquitude e seus poderes e beneficiamentos.

É dessa forma, no susto da vida diária e na mais perversa exclusão, que são forjados os sujeitos periféricos, sejam brancos ou negros, embora em sua maioria sejam negros. Sujeitos que, muitas vezes, trabalham com fome, estudam com fome, com sono, ou que têm que renunciar ao sonho da universidade – por falta de inserção, ou por terem que enterrar o desejo da formação profissional para se dedicar exclusivamente ao trabalho e ajudar na manutenção da família.

A partir do surgimento de políticas afirmativas tornou-se possível a participação de pessoas negras e brancos pobres em espaços acadêmicos, bem como em cargos de empresas nunca antes ocupados por essas populações. Cabe aqui dizer que, ainda atualmente, quando os corpos periféricos questionam o lugar a eles destinados e reivindicam sua inserção e ocupam outros lugares acabam por comunicar rebeldia e insubordinação, na perspectiva das classes dominantes.

Apenas a inserção nas universidades e empresas não se configura o bastante. É necessário que se mude uma cultura longeva de racismo e exclusão. A manutenção desses corpos em espaços *não naturais* é feita a muito custo, a muita insistência e resistência. O projeto de silenciamento e ocultação de algumas populações se desdobra em ausência de oportunidades reais que sejam capazes de alterar as esferas de poder, a fim de que os acessos sejam garantidos de forma sustentável. Kilomba, (2019, p.42), aponta que:

É, inclusive, na lógica de “só tenho poder se o outro for oprimido” que se busca a manutenção de privilégios sociais e das desigualdades agressivas impostas. Essa necessidade de grupos se sobreporem a outros está entranhada na sociedade. Podemos depreender da história e cultura de opressão que, a se manter essa lógica de privilégios, dificilmente conseguiremos mudanças significativas no contexto social. (grifo do autor)

Conclusões

A despeito do que está estipulado, dado e que foi sedimentado ao longo da história para as periferias, é comum o surgimento de ações que filiam os sujeitos, que agrupam e se desdobram em busca de recursos, políticas públicas, atuações políticas de agentes que se levantam e bradam vozes necessárias e úteis para a população, visando à emancipação, a garantia de acessos e movimentação social da população negra.

A equidade racial se faz urgente, pois as diferenças, quando são hierarquizadas se desdobram em mortes físicas e simbólicas e impedem as existências de quem é considerado socialmente inferior. Uma sociedade digna para todos precisa de justiça social para os negros e negras que ainda são assolados pelos efeitos nocivos de tantos séculos de sujeição e exclusão.

Tendo em vista a busca voraz de sua manutenção, o capitalismo não vai abrir mão das desigualdades sociais, já que as discrepâncias dadas na sociedade alimentam esse sistema tão nocivo a grande parte da população. Diante disso é possível inferir que há um certo costume social de parte da sociedade em subalternizar e criar novos mecanismos de escravização, se antes o negro, atualmente o trabalhador comum, mal remunerado e sem a garantia de direitos básicos. Como disserta Williams (1975, p. 11): “O poder escravista requer sempre novas conquistas”.

Sendo os trabalhadores mal remunerados e precarizados é quase imperioso que se arranjam como podem, em moradias distantes dos grandes centros, geralmente sem saneamento básico adequado e acesso a bens e serviços, alargando ainda mais as desigualdades. Essa divisão objetiva separar a população entre os que a tudo têm acesso e os que não usufruem dos direitos que a constituição lhes garante, sujeitados à estigmatização que acompanha territórios periféricos, socialmente marcados como sinônimos de pobreza, precariedade, violência.

Olhar para as populações periféricas de forma humanizada e com a garantia de direitos é ainda um desafio na sociedade brasileira, posto que parte da população mais favorecida aposta na meritocracia, onde os pobres são considerados pouco atuantes para promover suas próprias mudanças, ignorando-se o modo como a sociedade foi sendo empurrada para a disputa de classe e para a pauperização de uns em benefício de outros.

É injusto, porém, disseminar a narrativa nociva de que pobres e periféricos não sobrepõem a situação de pobreza por falta de vontade pessoal. Não se escolhe por ficar em estado de pobreza, não se autoimpõe uma situação de desvantagem social. Quando uma sociedade se depara com uma situação de dominação, onde a sujeição é imposta a determinados grupos, é tão injusto quanto leviano asseverar que não há esforço para driblar a situação outrora forçada.

Há esforços, há busca de superar a situação social e econômica estabelecida nos territórios periféricos e nas populações negras. O que se precisa é de investimento seguro e digno de governantes e da sociedade em geral para que o desejo e luta se desdobre em garantias reais de direitos.

REFERÊNCIAS

- Adiche, C. N. (2019) *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Almeida, S. (2020) *Racismo estrutural*. Jandaíra.
- Kilomba, G. (2019) *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Nascimento, B. (2021) *Uma história feita por mãos negras*. Zahar.
- Nogueira, I. B. (2021) *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Perspectiva.
- Spivak, G. C. (2010) *Pode o subalterno falar?* Editora UFMG.
- Williams, E. (1975) *Capitalismo e Escravidão*. CEA.

Como citar este texto

Oliveira, E. (2024). A população negra e a insurgência contra às desigualdades sociais: a luta pela legitimação de seus saberes e sua existência. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 10-24. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137apopulacao>

RECEBIDO EM: 08/08/2024
APROVADO EM: 03/10/2024

**Como florescer em uma terra preparada para te matar?
Reflexões sobre racismo, saúde mental e modos de fazer
em psicologia.**





Debora Elianne R. de Souza
deboraelianne@gmail.com

Mulher negra, psicóloga clínica e educadora antirracista. Mestre e Doutoranda em Educação: Psicologia da Educação pela PUC/SP. Extensão acadêmica em Africanidades pela UF/ABC. Pesquisadora e Docente em cursos de graduação e pós-graduação atuando a partir do diálogo entre as perspectivas fenomenológicas e o pensamento negro decolonial.

**Como florescer em uma terra preparada para te matar?
Reflexões sobre racismo, saúde mental e modos de fazer em psicologia.**

**How to flourish in a land prepared to kill you?
Reflections on racism, mental health and ways of doing things in psychology.**

**Cómo prosperar en una tierra preparada para matarte? Reflexiones sobre
racismo, salud mental y formas de hacer las cosas en psicología.**

Como florescer em uma terra preparada para te matar? Esta é uma interrogação que vem me inquietando há alguns anos e, neste momento, me instiga na escrita deste relato de prática e experiência vivida, de forma comprometida com a saúde mental da população negra.

Há muitos anos, o intelectual negro Kabengele Munanga¹ vem nos alertando sobre o contexto de perfeição em que se instaura o racismo no Brasil. Um crime perverso e silencioso, cuja sutileza, muitas vezes impede que a própria vítima reconheça sua ocorrência.

No país das invisibilidades, dos processos de subalternizações continuadas e dos muitos epistemicídios negros, fazer travessias tão complexas como esta, sem enlouquecer e sem morrer é um desafio posto e, neste cenário, resistir, por meio de lutas diretas e também por outras estratégias políticas, como a estética, artes e horizontes de cuidado, é o que aparece como possibilidade de *Re-Existir* e seguir com dignidade.

¹ Prof Dr. Kabengele Munanga - Graduado em antropologia social e cultural pela Universidade Oficial do Congo, autor de mais de 150 trabalhos, entre livros, capítulos de livros e artigos. Seus principais temas de pesquisa são racismo, identidade negra, negritude, multiculturalismo, educação e relações étnico-raciais, políticas antirracistas.

Para quem está na lida cotidiana, ousando ouvir, ver e agir em diferentes contextos e no reconhecimento deste fenômeno tão complexo que é o racismo e seus impactos na saúde mental da população negra, a sensação de estar *enxugando gelo*², é a percepção que mais se revela, uma vez que a estrutura que produz e sustenta o sistema de opressão, segue se atualizando cotidianamente (Carneiro, 2023).

Recentemente, em um espaço coletivo de supervisão atravessado por perspectivas fenomenológicas e decoloniais, convocada por uma colega de profissão, todos os presentes foram convidados a trocar a palavra *gelo* por *corpos*, *corpos negros* em especial. Neste exercício, tivemos a oportunidade de perceber que enxugar gelo ou enxugar corpos negros, não é uma tarefa inútil, nem tampouco indiferente, pois quando realizamos a troca das palavras, tivemos a oportunidade de nos perguntar - Quem está disposto a enxugar corpos negros? ou, de forma mais diretiva - Quem está disposto a enxugar as dores expostas nos corpos negros? e se direcionarmos a questão de forma mais específica para a psicologia que buscamos apresentar aqui - Quem está disposto a acolher as dores expostas nos corpos negros?

Transformar palavras em ação, romper com os silêncios e compartilhar histórias, como bem nos ensinou a intelectual negra norte-americana, Bell Hooks (2019), é uma forma de dizer que não estamos sozinhas e ao mesmo tempo, encorajar o ato de erguer a voz, em prol do acolhimento de nossas dores e libertação das nossas existências para abertura de outras possibilidades de poder ser. O uso do poder de fala como um exercício de autorrecuperação coletiva e nunca como um ato narcísico de autopromoção.

² Enxugar gelo - é uma expressão popular utilizada quando alguém insiste em realizar ações/práticas/atividades que não alcançam plenamente o objetivo pretendido.

Escrevivências, conceito cunhado pela intelectual negra brasileira Conceição Evaristo, que diferente da escrita de si, que tende a encerrar-se na experiência do próprio sujeito que a realiza, carrega a vivência da coletividade negra silenciada por tanto tempo (Soares e Machado, 2017). Romper silêncios por meio de escrevivências, trata-se de uma escrita de coragem que me possibilita a partir deste ponto do relato, compartilhar algumas cenas da minha própria vivência para situar as discussões propostas neste texto. Assim, a partir deste relato, esforço-me também para compartilhar modos de fazer psicologia que de forma subversiva e relacional, implica-se na tarefa de afastar a ideia do grande EU presente neste modo de fazer ciência e, ao mesmo tempo intenta, romper com as perspectivas de neutralidade que impedem o aparecer das dinâmicas de sofrimentos e processos de resistências que atravessam a vida das pessoas negras.

Contextualizando a cena - Era para ser um dia feliz, momento de entrega dos documentos para efetivar minha entrada, como profissional, no campo da saúde mental após aprovação em um processo seletivo. “Não sei porque te contrataram, eu avisei que a outra era melhor e tinha mais experiência, mas te escolheram, vamos ver né”. Sem disfarces e/ou constrangimento, esta foi a fala direcionada para mim via profissional do recursos humanos, uma mulher branca de meia idade, responsável por receber meus documentos e me orientar na jornada que estava por iniciar.

Um pouco perplexa e ao mesmo tempo surpresa, naquele exato momento, não tive condições de entender o que estava acontecendo, mas senti que algo estranho estava no ar. No primeiro momento, tentei me convencer que tudo aquilo era coisa da minha cabeça, afinal, eu era uma psicóloga formada, especializando-me na área de saúde mental em uma faculdade renomada da cidade de São Paulo, além de ter experiência profissional significativa em contextos de vulnerabilidades e de saúde mental. O que poderia ter motivado aquela fala? Segui, buscando não pensar muito sobre aquele episódio.

No primeiro dia de trabalho, enquanto me apresentava os espaços físicos da instituição, a profissional que me acompanhava nesta tarefa, com um leve sorriso no rosto, me interpela com a seguinte fala: “Nunca trabalhei com uma psicóloga negra, vamos ver o que vai dar, afinal, como dizem por aí, se preto não caga na entrada, caga na saída.” Daquele momento em diante, não ouvi mais nada do que ela seguiu me apresentando.

Hoje, quando lembro de ambas as cenas, compreendo na prática o significado de perversidade e silenciamento presente nas violências raciais. Ambas ocasiões se estabeleceram a partir de falas tranquilas e violentamente sutis, provocando em mim um profundo, longo e doloroso estado de silenciamento.

Lembro que após estes episódios, uma mudança brusca aconteceu comigo, pois a profissional confiante que havia chegado para uma nova empreitada profissional, não precisou de muito tempo para dar lugar a profissional que passou a acreditar que talvez não fosse tão boa assim. Sem perceber, e de forma muito rápida, fui aos poucos abrindo mão de tudo que me fortalecia e, na tentativa de me ajustar, me perdi de mim e não me tornei os sujeito desejado, chamado ideal em detrimento de um gênero, estética e cultural, ficando assim vulnerável e exposta, experiência amplamente discutida no trabalho *Pele Negra, Máscaras Brancas*, do psiquiatra e intelectual negro Frantz Fanon (1925-1961).

Passei a me questionar sobre minhas habilidades e competência para atuar como uma profissional da psicologia e em pouco tempo eu já não tinha brilho, não conseguia ouvir, não conseguia falar, não conseguia estar, mas, ao mesmo tempo não tinha coragem de pedir para sair e nem de compartilhar o que eu estava vendo, vivendo e sentindo. Entre micro e cotidianas violências e silenciamentos isolados, o corpo evidenciou a ferida gigante que na pele se abriu.

E mesmo apagada, destruída, machucada, solitária eu segui insistindo em me encaixar e não me dando o direito de desistir, até que fui demitida e chorei muito pedindo para ficar. Diferente da ferida no corpo que rapidamente cicatrizou após minha saída deste trabalho, precisei de muito tempo para entender o que tudo aquilo significou no fluxo da minha existência.

Poucos dias antes da minha demissão, eu havia iniciado um processo psicoterapêutico sem levar a questão do trabalho para reflexão, afinal, eu ainda tentava acreditar que tudo era coisa da minha cabeça ou que talvez eu não tivesse perfil para estar lá mesmo. Sem nenhuma intenção de me ajustar, a psicóloga me acolheu, me ensinou a me acolher e não me deixou morrer, não sem antes eu me recuperar e poder escolher o que fazer e como seguir.

Depois de tudo isso, fui parar em um Centro de Atenção Psicossocial - CAPS Adulto III, por um período breve e previamente estabelecido. Por lá, de forma muito intensa, iniciei meu processo de autorrecuperação, conceito cunhado por Hooks (2019) e que refere-se ao modo como “trabalhamos para reunir os fragmentos do ser, para recuperar nossa história” (p. 10). Atuando como psicóloga neste contexto, fui aos poucos reencontrando minha voz e os meus modos de sentir-fazer.

Estar-com³ no espaço de convivência de um serviço de saúde mental de acolhimento integral

Minha chegada neste serviço de saúde mental aconteceu após afastamento de uma psicóloga da equipe por questões de saúde. Tendo em vista o curto período em que eu estaria por lá, inspirada nas práticas de plantão psicológico⁴, a minha ideia inicial foi literalmente iniciar uma circulação pelo espaço, buscando oportunidades de aberturas junto aos usuários e aos profissionais do serviço que pudessem propiciar encontros entre pessoas, encontros estes que em primeiro momento, apareciam como desencontros, uma vez que o meu desejo de conhecer, nem sempre se relacionava com o desejo do outro em deixar-se ver.

Deste modo, nas minhas primeiras caminhadas pelo espaço, quando percebia pequenos sinais de abertura para possíveis encontros, sendo eles, um pequeno sorriso, um olhar pouco direcionado, uma aproximação discreta para ouvir minha fala com outras pessoas, de forma muito cuidadosa, procurava deixar em aberto a possibilidade de encontros e conversas mais duradoura, dizendo frases do tipo, “Precisando conversar eu estarei por aqui”, “Querendo falar alguma coisa pode me procurar”, “Precisando de companhia é só me chamar”. Todavia, foi somente após a minha apresentação na reunião de assembleia (espaço onde usuários, familiares e técnicos do serviço utilizam como oportunidade para construir as regras de funcionamento e uso do espaço), que meu estar neste lugar começou a ganhar contornos diferentes junto aos usuários do serviço.

³ Estar-com - atitude na psicologia que inspirada em pressupostos fenomenológicos e existenciais, indica a inseparabilidade do homem e do mundo e igualmente do mundo em relação ao homem. Estar em um mundo significa habitar o mundo com os outros e com tudo que nele há de forma indissociável - “ser-no-mundo-com-os-outros”.

⁴ Para saber mais sobre o plantão psicológico: Morato H. T. P. (2022)..Plantão psicológico em uma compreensão fenomenológica existencial. In: Melo, F.F.S. D., & Santos, G.A. O. (Coords.), Psicologia fenomenológica e existencial: fundamentos filosóficos e campos de atuação (pp. 210-239). Editora Manole.

Ao longo deste período, muitas foram as histórias narradas sem a pretensão de interpretação ou comentários finais. Em muitos momentos, tive a oportunidade de escutar - “Obrigado por me ouvir”. É válido dizer que muitas vezes ouvi esta frase em encontros onde o silêncio permanecia do começo ao fim, sendo as únicas formas de linguagens e expressões, um segurar a mão, um estar junto, ao lado, em quietude total, no entanto, junto.

Na condição de *Estar-com*, se em alguns encontros eu falava muito, em outros, me limitava a escutar, e, se, em algumas ocasiões apenas concordava, em outras confrontava dizendo – O que você acha? O que você pensa? O que você faria? Já ouviu falar sobre isso? Se para alguns uma situação vivida precisava ser minuciosamente narrada, para outros bastava a escuta.

Mas, e quando a loucura atravessa a vida de uma mulher negra? Quem está disposto a acolher as dores expostas nos corpos negros? M., mulher negra, meia idade, usuária do CAPS, frequentava o serviço esporadicamente, normalmente quando estava em situação de crise. Em acolhimento noturno no serviço, após avaliação da equipe técnica, bastante agitada, M. circulava pelo espaço falando alto, cantarolando e interrompendo todas as atividades que ali aconteciam. Medicada e inserida em outros acompanhamentos, mesmo com as intervenções realizadas pela equipe de referência, M. demonstrava dificuldades para reconhecer e respeitar limites e seguia invadindo os espaços do outro, sem pedir licença

Em um dado momento, encontrei M. andando sozinha pelo serviço de forma desorganizada, tentei me aproximar e perguntei se precisava de ajuda. M. me olhou em silêncio e seguiu andando. Apesar do tratamento medicamentoso, ao longo do dia, M. permaneceu muito agitada, até que foi interpelada pela ação de outro usuário, um jovem homem branco, que chegou ao serviço aparentemente em crise de pânico, pedindo socorro e solicitando urgência médica imediata.

Psiquicamente desorganizada, como seria descrita pelo diagnóstico médico e psicológico, M. também começou a fazer um monte de solicitações até que o outro usuário imediatamente gritou - “Cala a boca, eu não aguento mais ouvir a sua voz”. Com os olhos arregalados, M. silenciou e, ao me avistar sentada no espaço de convívio, aproximou-se e disse: “Às vezes você limpa o vidro e parece que ele continua sujo. Acontece que se você olhar bem, vai ver que não é o vidro que está sujo, mas que a sujeira está dentro de você”. Levantou e se retirou antes que eu tivesse tempo de falar qualquer coisa.

No dia seguinte, M. novamente me procurou, Sentou ao meu lado no banco do jardim e compartilhou outras reflexões -

A corda da vida quando enrola no pescoço não mata a gente, ela arrebenta e joga a gente no poço da escuridão, em um buraco muito profundo. Depois, as pessoas chegam e querem mostrar a luz, mas, para quem está no extremo escuro, luz demais dói a vista e a gente fica perdido e faz tudo errado sem querer. As pessoas não entendem, a vida real é diferente...

Um silêncio se estabeleceu entre nós, até que ela se manifestou dizendo: “Você não tem nada a ver com isso, obrigado por me ouvir, agora me deixa sozinha com meu cigarrinho porque neste momento isso me basta”. Levantei e antes de me afastar, perguntei para M., será que realmente eu não tenho nada a ver com tudo isso? M. sorriu e disse, a gente se entende né?.

Deste dia em diante, M. passou a me procurar todas as manhãs, até que em um determinado dia, perguntou se eu gostava de música, ao meu aceno afirmativo, começou a cantar - “Eu era feliz, sem saber, isso me revolta, tudo que eu fiz foi sem querer, será que tem volta. (...)”. Eu que naquele momento, já estava munida de muitas técnicas e teorias da psicologia para intervir junto à M., de repente fui surpreendida pelo fato de que é exatamente um clássico do pagode anos 90⁵, que tornou possível o estabelecimento de um diálogo mais próximo entre mim e M. Assim, decidi cantar junto e M. sorriu.

⁵ Os Morenos (Composição de André Amaral), Mina de Fé, Pagodão, 2002.

Em um outro encontro, M. falou sobre a dificuldade de cuidar do seu cabelo, e perguntou como eu fazia para cuidar do meu. Começamos então, uma conversa sobre as especificidades do cabelo crespo e dei algumas dicas que M. foi inserindo em seu cotidiano. Durante nossas conversas matinais, aos poucos fomos ampliando e aprofundando nossas conversas, assim, temas como preconceito, religião, família, situações de abandono, solidão, abusos, autoestima e a difícil tarefa de não enlouquecer ao longo do caminho e, que muitas vezes não é possível de ser cumprida, foram se inserindo em nossa rotina dialógica.

Entre uma conversa e outra, organizações possíveis foram se estabelecendo. M. queria falar sobre muitas questões e, eu, tinha interesse em refletir com ela. M. não era um diagnóstico, uma crise, uma pessoa psicologicamente desregulada. M. era uma mulher negra, tentando florescer em uma terra preparada para fazê-la morrer.

A cada conversa com M. eu me sentia convocada a aprofundar em cada tema, e deste modo, fui percebendo que se tratavam de questões que há muitas gerações atravessam a vida de mulheres negras. Quanto mais M. me questionava, mais eu aprendia e mais eu ensinava, ora no diálogo com a literatura, ora com as narrativas da vida cotidiana de M, pois como bem me disse em uma de nossas conversas, na vida real, “tudo poderia ser diferente”.

Entre músicas, poemas, poesias e outras narrativas, M. fora me contando um pouco de sua vida e como se deu sua chegada ao CAPS e, logo, o desejo de saber como eu cheguei até ali, foi ficando cada vez mais explícito. Romper com os silêncios e compartilhar histórias como forma de dizer que não estamos sozinhas, foi exatamente o que eu fiz com M.

E, assim, dia após dia, nosso movimento de autorrecuperação foi se estabelecendo. M. se transformava a cada conversa, refletia sobre nossos encontros e sempre trazia novos questionamentos para o dia seguinte, até que chegamos ao fim da nossa jornada naquele contexto e, de forma muito generosa, nos despedimos cantando Maria Rita⁶ “ São só dois lados da mesma viagem, o trem que chega é o mesmo trem da partida, a hora do encontro é também de despedida, a plataforma desta estação é a vida (...)”.

Retorno a minha questão, agora afetada por essas e tantas outras vivências: Como florescer em uma terra preparada para te matar? A fenomenologia enquanto método, sempre me inspirou no exercício da prática psicológica, e pela atitude preconizada neste pressuposto, foi que consegui ofertar, nas situações aqui expostas e outras, uma escuta mais aberta, livre de preconceitos e menos engessada nas classificações diagnósticas.

Todavia, apesar de toda abertura presente neste modo de fazer psicologia, a compreensão das questões que foram se evidenciando ao longo das experiências aqui narradas, só se tornaram possíveis no efetivo diálogo com o pensamento negro e com a aproximação de epistemologias, capazes de pensar, entre outros, a questão do ser, saber e fazer a partir de outros referenciais.

⁶ Maria Rita (Composição de Milton Nascimento e Fernando Brant), Encontros e Despedidas, Maria Rita, 2011, WEA Music.

Frente a questão colocada neste texto, compreendo como fundamental a contribuição advinda da filosofia congo-africana, que nos ensina que há uma relação fundamental entre ouvir, ver e sentir/reagir. O povo bantu, por exemplo, refere que não sente uma dor, exceto que ela seja vista e, para isso, a dor precisa ser ouvida - ouvir para ver, sentir e reagir -. Para eles, viver é um processo de comunicação constante e comunicar-se abre possibilidades de afetar e ao mesmo tempo ser afetado. Como estamos nos comunicando com as dores expostas nos corpos negros?

Incluir os ensinamentos da filosofia congo-africana nos modos de fazer psicologia de forma comprometida com as dores e sofrimentos silenciados, invisibilizados e que se evidenciam em situações de violências raciais parece ser um interessante caminho. Ouvir vozes silenciadas para poder ver, sentir e reagir. Romper silêncios e re-criar modos de fazer a partir e junto das histórias narradas de forma prática e no contexto da ação-reflexão.

Recuperar e compartilhar os ensinamentos presentes nas diferentes vozes por meio das histórias singulares e coletivas. Re-conhecer dores e acolhê-las, para abrir possibilidades de florescer com dignidade, lembrando-se sempre daquilo que nos ensina cotidianamente as intelectuais negras brasileiras, Jurema Werneck e Sueli Carneiro⁷ - Para Nós, mulheres negras, o caminho nunca foi fácil, por isso, precisamos diariamente nos lembrar que somos mulheres extraordinárias e que nossa humanidade não está em questão -. Sejam hoje e sempre, Sóis vivos, brilhando e fazendo brilhar, na psicologia e nos demais espaços de fazer e pertencer que vamos construindo por aí (Fu-Kiau & Lukondo-Wamba, 2000a;2000b). Nossas histórias importam, nossas dores são reais e nossas conquistas também.

⁷ Para saber mais sobre: Sueli Carneiro - <https://casasuelicarneiro.org.br> e Outras intelectuais brasileiras citadas neste texto - <https://www.ancestralidades.org.br/>

REFERÊNCIAS

- Carneiro, S. (2003). Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar.
- Fu-Kiau, K. K. B (2024). O livro africano sem título: cosmologia dos Bantu-Kongo (Santana T, Trad.). Rio de Janeiro: Cobogô (Obra original publicada em 1934)
- Fu-Kiau,, K. K. B.i; Lukondo-Wamba, A. M. (2000a) Kindezi: The Kongo Art of Babysitting.. Baltimore: Inprint Editions, (Obra original publicada em 1988).
- Fu-Kiau,, K. K. B.i; Lukondo-Wamba, A. M. (2000b) Kindezi: The Kongo Art of Babysitting.. Baltimore: Inprint Editions, (Obra original publicada em 1988). Kindezi: A Arte Kongo de Cuidar de Crianças. Traduzido por Mô Maie. Terreiro de Griôs. 2017. Disponível em: <<http://terreirodegriots.blogspot.com/2017/09/kindezi-arte-kongo-de-cuidar-de.html>> Acessado em 10/10/2018.
- Hooks, B. (2019). Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra (C. B. Maringolo, Trad.). São Paulo: Elefante (Obra original publicada em 1952).
- Soares, L.V., & Machado, P. S.. (2017). "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. Revista Psicologia Política, 17(39), 203-219.

Como citar este texto

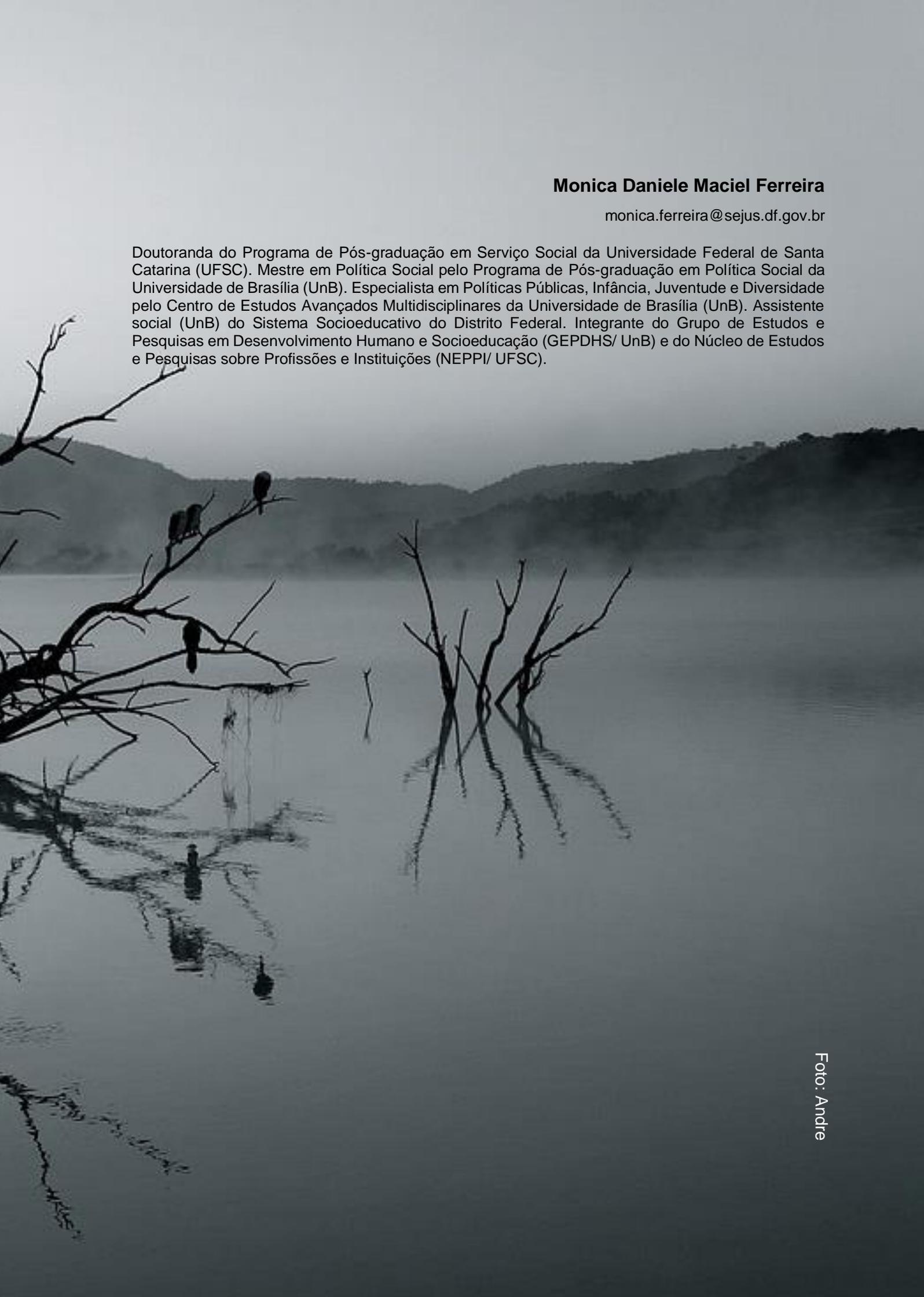
Souza, D.E.R. (2024). Como florescer em uma terra preparada para te matar? Reflexões sobre racismo, saúde mental e modos de fazer psicologia. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 25-38 <https://dx.doi.org/10.59068/24476137florescer>

RECEBIDO EM: 17/07/2024

APROVADO EM: 04/10/2024

A black and white photograph of a misty lake. In the foreground, several dead, skeletal trees stand in the water, their branches reaching out. The water is calm, reflecting the trees and the misty background. In the distance, there are rolling hills or mountains, partially obscured by a thick layer of fog or mist. The overall mood is somber and reflective.

**O estupro de Kehinde e a violência sexual como
prática social histórica no Brasil: breve resgate
histórico-jurídico**



Monica Daniele Maciel Ferreira

monica.ferreira@sejus.df.gov.br

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Política Social pelo Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade pelo Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília (UnB). Assistente social (UnB) do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Humano e Socioeducação (GEPDHS/ UnB) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI/ UFSC).

O estupro de Kehinde e a violência sexual como prática social histórica no Brasil: breve resgate histórico-jurídico

The rape of Kehinde and the Sexual Violence as a social practice in Brazilian History: a brief historical-legal review

La violación de Kehinde y la Violencia Sexual como práctica social histórica en Brasil: una breve revisión histórico-jurídica

Introdução

*“Se alguém corre atrás de um espinheiro,
ou persegue uma cobra ou foge dela”
Provérbio africano*

Este texto nasce da intenção de lançar mão da literatura como ferramenta criativa de problematização de uma prática social histórica no Brasil: o estupro. Assim, a história do estupro de Kehinde, bem como as demais histórias de sua vida, contadas na obra ‘Um defeito de Cor’ da escritora mineira Ana Maria Gonçalves, impulsionou a escrita deste ensaio por me colocar em contato sensível com práticas culturais que constituíram o processo de formação social brasileira desde a vigência do sistema escravista colonial, e que reverberam em nosso cotidiano até hoje.

Repensar a violência sexual utilizando-se desta obra literária foi, na verdade, uma escolha metodológica justificada pela tentativa de *des-especializar* as abordagens sobre a violência sexual no contexto brasileiro, apresentando ao leitor – acadêmico ou não – algumas reflexões críticas de cunho histórico alicerçadas na arte literária. Ou melhor, o intento deste experimento é tirar o estupro da gaveta jurídica dos ditos especialistas, e colocá-lo em cima da mesa de jantar: repensar e recriar o conhecimento produzido sobre este espinhoso assunto através do diálogo entre ciência e arte.

O livro conta a história de vida de Kehinde, uma africana de Savalu/ Benim, que nasceu em 1810 e foi traficada como escrava para o Brasil na primeira década de sua vida, e que quando idosa parte para África em busca de seu filho perdido. A autora começa o livro contando que a obra é fruto de uma transcrição não literal de escritos achados em 2003 na Igreja do Sacramento, localizada na Ilha de Itaparica/ Bahia⁸. Trata-se de um romance literário, que se parece com um diário de memórias de Kehinde, cujo pano de fundo é a cultura escravista colonial-imperial e os movimentos políticos do século XIX no Brasil, mais especificamente, na Bahia, como as revoltas dos malês. Então, mesmo sendo incerta a veracidade dos acontecimentos narrados, o romance de Ana Maria Gonçalves se manifesta aqui como uma lente, isto é, como um instrumento poético que, inspirando a imaginação, possibilita visualizar como a violência sexual não apenas atravessa, mas fundamenta as estruturas societárias brasileiras, repercutindo a naturalização do estupro e a desproteção de vítimas específicas nos sistemas jurídicos. Em resumo, propõe-se aqui construir um olhar diferente sobre a violência sexual, não apenas como uma conduta típica enquadrada pela racionalidade jurídica ou médica, mas como prática social histórica estruturante da organização social brasileira, interpelada pela subjetividade, isto é, pelas emoções e sentimentos de uma personagem negra escravizada, expressos na obra literária “Um defeito de cor”.

⁸ Chamo de “transcrição não literal” pois a autora relata ter transcrito a maior parte do texto, mas naquelas ininteligíveis, a escrita é sua criação. Entretanto, não se pode afirmar que essa história é verdadeira. Como ela mesmo relata no Prólogo: “... muitas vezes, durante a transcrição, e principalmente durante a escrita do que não consegui entender, eu a [Kehinde] senti soprando palavras no meu ouvido. Coisas da Bahia, nas quais acredita quem quiser...” (p.17, grifo próprio)

Desenvolvimento

*“Aquele que tenta sacudir o tronco de uma árvore
sacode somente a si mesmo”
Provérbio africano*

Inicialmente, propõe-se aqui construir um olhar diferente sobre a violência sexual, não como um crime em si ou como um ato resultante de um desequilíbrio – no corpo, ou comportamental – do indivíduo, mas como prática social histórica estruturante da organização social brasileira.

Desta forma, entender a violência sexual como prática social passa pelo resgate histórico das práticas sexuais no Brasil, bem como de seus processos normatizadores, desde o período colonial. De acordo com Campos (2021), a lógica do colonizador permeou as práticas sexuais desde então, identificando o Brasil como um lugar de lascívia e devassidão, cujos corpos das nativas e negras escravizadas representavam uma recompensa ao colonizador – ou melhor, ao invasor – por desbravar mares e terras desconhecidas. Neste imaginário, estas mulheres eram naturalmente libidinosas, vítimas dos seus próprios vícios sexuais – lascívia – e, portanto, entregavam-se aos colonizadores por iniciativa própria.

A despeito deste alegórico e fantasioso cenário libidinoso e de licenciosidade, as legislações do período colonial tinham viés bastante repressor e punitivo das práticas sexuais. Por exemplo, as Ordenações Filipinas⁹, vigente no Brasil entre 1603 e 1830, punia com pena de morte os crimes de estupro e conjunção carnal. A questão é que, na prática, só era aplicada se tais crimes fossem cometidos contra a mulher branca, virgem e solteira abastada, por criminoso despossuído. Dito de outro modo, as normas penais da época só valiam para proteção¹⁰ das mulheres das famílias dos colonizadores, e para punição dos homens nativos e negros escravizados, ou seja, não tocava na questão do estupro das nativas e negras, muito menos quando praticados por seus senhores.

⁹ Compilado de leis permissivas e proibitivas disciplinadas pela Igreja Católica, herdado do Código Manuelino para a União Ibérica, sancionado em 1595, que constituiu a base do direito português, e era válido nos territórios ultramarinos.

¹⁰ Importante destacar que não se entende o sistema penal como aparato protetivo, o termo é apenas utilizado para se referir ao bem jurídico que se pretende resguardar com a criminalização.

O Código Filipino estava interessado tão somente na proteção, ordenamento e normatização da tradicional família portuguesa e na sua reprodução nos territórios coloniais. A noção de posse da mulher escravizada pelo senhor branco se realizava integralmente sobre seu corpo; assim, o senhor detinha o poder de usufruí-lo como bem entendesse, seja explorando como força de trabalho, seja para satisfação de seus desejos sexuais, e até para mutilá-lo ou eliminá-lo quando era de seu interesse. Em “Um defeito de cor”, a protagonista conta sobre a ideia de se casar aos doze anos de idade como um subterfúgio para se livrar das importunações sexuais do seu senhor, e também sobre o *direito* do senhor de desvirginar as escravizadas, uma prática costumeira na cultura escravista.

Era agosto de um mil oitocentos e vinte e dois, e eu já estava me acostumando com a ideia de me casar aos doze anos. (p.160)

Foi assim que ele ficou sabendo do casamento, e voltou a me perseguir pela casa...” (p. 166)

Quando me encontrou sozinha, disse [o Cipriano] para eu me comportar, pois já estava reservada, que tinham me levado para a casa grande exatamente para eu não me deitar com os pretos antes de servir ao meu dono, e que eu deveria ser muito grata por isto.(p.159, grifo próprio)

A primeira vez das pretinhas pertencia aos seus donos, e era isso que o sinhô José Carlos estava tentando garantir, tomando cuidado para que eu não dormisse com o Lourenço antes de me deitar com ele.(p. 166)

Esta era uma das formas de estupro das mulheres escravizadas pelo senhor branco, um tipo de ritual de passagem para marcar o fim da infância e o início da vida como mulher. Inclusive, dessa prática nasciam muitos filhos de senhores, que nem por isso escapavam do destino de ser escravizado: as senzalas eram cheias de filhos mestiços. A personagem Kehinde – assim como Lourenço, seu pretendente – tentou se safar desta sina. Não conseguiu. O sinhô José Carlos a estuprou, e também seu noivo – que em seguida foi ‘capado’. A história do estupro de Kehinde está no trecho *A posse* do capítulo três, e é narrada pela protagonista com uma riqueza angustiante de detalhes que descrevem desde o cenário até as falas e atitudes muito violentas e cruéis proferidas pelo senhor branco e seus capatazes, por isso não cabe aqui pormenorizá-las, mas peço licença para exhibir um excerto:

Ao chegarmos à cabana... O sinhô José Carlos perguntou se eu achava que ia conseguir escapar e nada respondi, nem mesmo olhei pra ele... Mas, além disso, da insistência, ele conseguiu ser muito mais vingativo do que eu poderia imaginar, ao entrar no quarto e dizer que a virgindade das pretas que ele comprava pertencia a ele, e que não seria um preto sujo qualquer metido a valentão que iria privá-lo desse direito, que este tipo de preto ele bem sabia o tratamento de que era merecedor. (p.170)

O que vale a pena ressaltar aqui são os significados que o estupro de Kehinde – e de Lourenço – imprimem no decorrer do romance e da história da formação da sociedade brasileira: o senhor branco reafirmando sua prerrogativa de posse sobre o corpo de mulheres e homens escravizados, e seu poder dominante na estrutura escravista. Poder tal que se conserva intocado pelo regime jurídico vigente (Código Filipino) e subsequentes, como o Código Criminal de 1830.

No Código Criminal do Império de 1830, a pena de morte para crimes sexuais foi extinta, sendo substituída por prisão com trabalho forçado, degredo e pagamento de dote à ofendida, e sua aplicação permaneceu para crimes cometidos basicamente contra mulher considerada honesta, isto é, a mulher branca. Por exemplo, no título do Capítulo II – Dos Crimes Contra a Segurança da Honra, o bem jurídico protegido passa a ser a honra da mulher branca, a qual é adjetivada de diferentes formas, como *mulher honesta*, *mulher virgem*, *mulher prenhe/ pejada*, *mulher reputada*, *prostituta*, *mulher casada*, e *mulher menor de dezessete anos*.

Dez anos depois, com a proclamação da república e a abolição formal da escravatura, é promulgado o novo Código Criminal em 1890. No quesito crimes sexuais, o bem jurídico *honra* foi substituído pela *carne*, (Capítulo I – Da Violência Carnal), as penas foram abrandadas, mas se mantiveram diferenciadas em função da vítima ser mulher honesta, virgem, menor de idade ou pública (prostituta) – a esta última corresponde a punição mais leve de todas. Dois pontos de destaque nesta norma: um é que a imposição da pena é anulada se o criminoso se casa com a ofendida; e dois é o entendimento já existente da irrelevância da caracterização da violência para crimes cometidos contra menores de 16 anos, o que incorria em um tipo de agravante penal.

Em 1915, este Código Criminal sofreu alterações nos artigos referentes ao atentado ao pudor e lenocínio (algo como exploração sexual), abrandando as penas do primeiro e aumentando do segundo, e ainda introduzindo timidamente um novo tipo criminal, a exploração sexual internacional. Entretanto, repare que se trata ainda de um regime jurídico que mantém o reconhecimento de vítima à *mulher honesta* – caracterização dada à mulher branca abastada, deixando de fora a proteção da carne das nativas, negras ex-escravizadas e descendentes.

Décadas depois é promulgado o Código Penal de 1940, que só entra em vigor em 1942, cujos crimes sexuais foram denominados de *Crimes contra os costumes*, e o foco estava na proteção da moral social e não mais na proteção individual da honra ou da carne. Tal legislação conservou as noções de *mulher honesta* e *mulher virgem*. O crime de estupro referia-se ao constrangimento da mulher à conjunção carnal com grave ameaça ou violência, e os demais tipos criminais foram considerados atentado violento ao pudor.

Somente em 2009, este Código – ainda vigente – sofreu uma reforma de conteúdo relacionado aos crimes sexuais, com a Lei 12.015 de 07/09/2009, que alterou a nomenclatura do Título VI *Dos crimes contra os costumes* para *Dos crimes contra a dignidade sexual*, e alterou a nomenclatura da vítima de *mulher honesta* para *alguém*, refletindo uma mudança paradigmática na caracterização da vítima a partir de uma visão desmoralizante, e também na percepção acerca da sexualidade como direito humano. A Lei 12.015/ 2009 ampliou a noção de estupro, que se constitui a partir de então, não apenas pelo constrangimento à prática de conjunção carnal mediante violência ou grave ameaça, mas também pelo ato de constranger a vítima a praticar atos libidinosos diversos da conjunção carnal (era considerado atentado violento ao pudor). A outra alteração referiu-se à vulnerabilidade, que passou a ser presumida para menores de 14 anos de idade, ou seja, o consentimento é irrelevante no que tange a qualquer crime contra a dignidade sexual de pessoa menor de 14 anos (BRASIL, 2009).

Convém destacar neste ensaio que tais alterações inauguradas em 2009, além de ampliar a noção de vítima indistintamente do gênero, tentou corrigir, na letra da lei – de maneira muito tímida ainda – os condicionantes morais que são historicamente utilizados para caracterizar a vítima como forma de reconhecimento do crime. Significa dizer que a substituição dos termos *mulher honesta* ou *mulher virgem* para *alguém* pretendeu extinguir a adequação da vítima a um tipo moral (ou racial?) específico como condição para o reconhecimento da prática violenta de natureza sexual, de modo que abriu uma pequena possibilidade de o regime jurídico se distanciar das tradicionais práticas racistas e patriarcais.

Todas essas normativas foram aqui citadas com o objetivo de caracterizar a lógica que o sistema jurídico brasileiro vem construindo para lidar com as práticas sexuais violentas ao longo do nosso processo de formação. De modo explícito, as legislações do período colonial e imperial defendiam o pudor e a honra das mulheres da casa-grande, não havendo o que se falar das nativas e negras escravizadas, as quais eram objetos de prazer dos senhores. E mesmo nas legislações posteriores, a ideia de ‘mulher honesta’ serviu para manter protegidas as mulheres das classes abastadas, majoritariamente brancas, e inalterada a situação das mulheres historicamente subalternizadas e vulneráveis, em sua maioria, negras, indígenas, mestiças.

Por tudo isso podemos afirmar que a violência sexual é estruturante na formação do Brasil, porque dela, ou seja, dos estupros sistemáticos contra as negras escravizadas e nativas pelos senhores no período colonial, nasceram os filhos dessa sociedade, nos legando um tipo de premissa fundacional. Mas não se trata apenas disso, o estupro é, desde a colonização, dispositivo de governo dos indivíduos e sustentáculo de dinâmicas de dominação que tem como finalidade a desumanização e o genocídio da população nativa e negra. O relato de Kehinde nos coloca em contato com o sentido degradante e o sentimento de morte resultantes do estupro perpetrado pelo seu senhor branco:

Eu queria morrer, mas continuava mais viva que nunca, sentindo a dor do corte na boca, o peso do corpo do sinhô José Carlos sobre o meu e os movimentos do membro dele dentro da minha racha, que mais pareciam chibatadas. Eu queria morrer e sair sorrindo, dançando e cantando... (p.171)
... só tomei consciência quatro ou cinco meses mais tarde, quando meu filho começou a se mexer dentro da minha barriga. Foi só na hora em que ele se mexeu que entendi que estava viva e queria continuar viva (p.173).
(...) E era apenas isto que eu queria, já que não tinha conseguido morrer. Dormir, dormir e dormir. (idem)

A violência sexual funciona também como regulador social – em realização ou ameaça – demarcando hierarquicamente lugares e funções na sociedade, por exemplo, a mulher como pertencente ao domínio doméstico e o homem ao público; a negra como símbolo de subalternidade absoluta, e a branca como símbolo de passividade; força e brutalidade como atributos do negro, racionalidade e poder como do branco etc. Como estratégia de dominação, esta prática cumpre a função de degradação e tortura de meninas e mulheres negras e indígenas, as quais historicamente não são legal e institucionalmente amparadas quando violentadas. É desta maneira que o estupro dessas mulheres produz e reflete as dinâmicas de desumanização de seus corpos, com um potencial devastador que tem como consequência a morte social dessas mulheres. O estupro, portanto, segundo Ana Flauzina e Thula Pires – duas professoras e pesquisadoras brasileiras implicadas nos estudos sobre questão racial e decolonialidade – funciona como “uma prerrogativa fundamental de submissão do povo negro.”(2021, p. 74).

O estupro de Kehinde e de Lourenço é revelador desta mecânica de poder porque não se constituiu apenas como a realização de uma prerrogativa de poder do senhor branco sobre o corpo das suas escravizadas, ou seja, para marcar o seu corpo de mulher escravizada como posse irrestrita do senhor branco – o que não seria pouco. Mas também se constituiu como técnica de cristalização de lugares sociais e de punição exemplar das atitudes de resistência. Desta maneira, serviu para provar que não há escapatória e nem se admite qualquer atitude de questionamento da ordem senhorial-patriarcal.

Nos ensinam os estudos decoloniais e críticos sobre a formação social brasileira, que a experiência colonial escravista utilizou a raça como critério de desumanização dos indivíduos colonizados, isto é, racializou os corpos distinguindo-os como humanos (brancos) e não humanos (negros, indígenas, nativos). Para as já citadas Pires & Flauzina (2021), desta dinâmica cujo homem branco é o agente ativo violentador das “presas passivas” (p.73) colonizadas, originam-se os padrões de hierarquia social atuais, remetendo à mulher negra o símbolo de passividade e subalternização, e o homem branco ao de detentor do poder e do domínio. Portanto, não é suficiente falarmos em violência de gênero sem evidenciar que ela se deu desde o início do processo colonizador – e ainda se dá – de maneira desproporcional em relação às negras e indígenas, que sequer eram reconhecidas como mulheres, mas como fêmeas.

Muitas outras elaborações acerca desta realidade histórica foram desenvolvidas desde o século XX por pensadores e pesquisadores que além de inaugurar uma sociologia negra nacional, denunciaram os processos ideológicos de branqueamento da historiografia e sociologia brasileiras. Por exemplo Lélia Gonzalez, que em sua obra ‘Racismo e sexismo na cultura brasileira’ (1984) fala sobre o estupro da mulher negra como parte da nossa dinâmica, interpelando-o como ato simbólico que consolida uma lógica de destruição permanente do corpo negro, negando-o e ao mesmo tempo se apropriando violentamente dele. E também, Abdias do Nascimento em seu trabalho ‘O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado’ (1978), chama a atenção para a exploração sexual da mulher africana como umas das estratégias de aniquilar a negritude no Brasil.

Segundo ele, tal dinâmica sexual é dissimulada pelo mito da democracia racial, que se combinou à teoria da miscigenação para propagandear a história de uma “saudável interação sexual entre negros e brancos colonizadores, por meio do intercasamento” (p.62). Tratou-se claro, de uma grande mentira que servia para encobrir os estupros da mulher negra, pois que corpos negros eram indesejáveis no círculo familiar dos brancos, assim como era inaceitável o casamento entre eles. Em ‘Um defeito de cor’, esta admissibilidade do casamento inter-racial aparece desmistificada. Durante um período Kehinde vive um relacionamento afetivo sem vínculo matrimonial com um português comerciante, branco, que a leva para morar com ele num sítio afastado da cidade, sem vizinhos, para que ninguém veja quem é sua companheira:

...sabia que, no fundo, ele [o Alberto] tinha vergonha de assumir que estávamos morando juntos. Afinal de contas, as pretas serviam para que os brancos satisfizessem os desejos carnis, como a Claudina e a Adeola tinham dito, e raramente eram boas o bastante para chegarem a esposas. (p. 356, grifo próprio)

Assim como Abdias, outros estudiosos evidenciam que a condição de humano foi iminentemente negada ao corpo negro nos períodos colonial e imperial, e segue sendo vilipendiado até hoje. No contexto republicano, o negro permaneceu desumanizado, mas ao contrário da rejeição europeia absoluta à mestiçagem, o pensamento social brasileiro construiu, a partir de 1870, uma releitura original de influência eugênica, sobre sua população, resultando num ideário da miscigenação que, inclusive, fundamentou o movimento abolicionista (David & Vicentin, 2020) – pode-se dizer original porque não proclamava a segregação absoluta dos negros e indígenas, mas incentivava a miscigenação como uma das estratégias de branqueamento sistemático da população.

A outra estratégia, muito mais difundida, foi relegar negros e indígenas ao abandono social, político, econômico e institucional, restando assim quase inalterada a dinâmica de dominação: homem branco no topo da pirâmide social, homens e mulheres negros, indígenas e mestiços na base. Assim, a noção de miscigenação como meio para atingir o branqueamento da população patrocinou as justificativas públicas para o estupro de negras e indígenas. E mesmo com a assinatura da abolição da escravatura e a mudança formal do status do negro escravizado para cidadão brasileiro, as práticas políticas racistas no âmbito da sexualidade, expressas nos códigos penais subsequentes, subsistem isentando a masculinidade branca predatória, e constituindo os corpos negros como “receptáculo aceitável da violência sexual” (Pires & Flauzina, 2021, p. 74).

Considerações finais

*“Quando não souberes para onde ir,
olha para trás e saiba pelo menos de onde vens”*
Provérbio africano

A imensa – tanto em tamanho, quanto em importância – obra ‘Um defeito de cor’ chegou até mim em 2023, após visita à exposição de mesmo nome no Museu de Arte do Rio (MAR). A exposição contava com centenas de obras de arte como pinturas, esculturas, vídeos e instalações de artistas brasileiros e do continente africano, em sua maioria negros e negras. As obras buscavam realizar uma revisão historiográfica do século XIX, tratando sobre o contexto escravocrata, suas lutas e expressões culturais dos negros e negras, tudo inspirado pelo livro. No mês seguinte, adquiri a obra, primeiro em formato digital e depois impresso, e no percurso diário de metrô até a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) iniciei a leitura.

De página em estação, viajei com Kehinde entre Rio de Janeiro, Bahia e África. Muitos outros me acompanharam na jornada: Alberto Guerreiro Ramos, Abdias Nascimento, Lélia Gonzalez, Achille Mbembe, Gilberto Freyre (sim, ele também!), Frantz Fanon, Angela Davis, Clóvis Moura, Jacob Gorender, Lia Vainer Schucman, Rachel Gouveia Passos, etc.. foram tantos passageiros que dividiram comigo essa viagem de reflexões sobre o ‘Brasil raiz’ das casas-grandes e senzalas,

dos escravizados e dos senhores e sinhás, dos rebelados e dos favelados, dos esbranquiçados...

Como não poderia ser diferente, dado o meu envolvimento com a questão, uma das partes do livro mais impactantes para mim foi aquela em que Kehinde narra seu estupro pelo sinhô José Carlos. Foi, de fato, o trecho que me motivou a escrever este ensaio e a pesquisar e reunir referências sociológicas e históricas sobre a presença sistemática da violência sexual na realidade brasileira desde a invasão colonial.

Minha escolha por este estilo linguístico (ensaio) carrega uma problematização crucial: sendo a violência sexual uma prática social histórica, disseminada na cultura brasileira, e cujo locus majoritário de ocorrência é o ambiente doméstico, colocá-la na mesa de conversa do grande público e tirá-la da caixa da ortodoxia acadêmica, me parece ser a mais realista estratégia para o seu enfrentamento. A linguagem, portanto, não é apenas uma forma de escrita, mas também objeto de intervenção política, e conseqüentemente, instrumento de revolta, que responde às intenções de *desinstitucionalizar* e descolonizar a violência sexual, e apresentá-la como um assunto do nosso cotidiano. Como boa cozinheira que sou, misturei na mesma panela escrita pensante e escrita imaginativa.

Foi com esse propósito que aqui se costurou a história do estupro de Kehinde à análise histórica dos regimes jurídicos de tratamento da violação de natureza sexual no Brasil. Os subtítulos dos tópicos Introdução, Desenvolvimento e Considerações finais são provérbios africanos retirados dos subtítulos dos capítulos da obra, e não correspondem necessariamente aos capítulos dos trechos citados. Esses provérbios expressam além de valores éticos e culturais de nossos ascendentes, uma sabedoria ancestral que nos impele a caminhar no presente conscientes do passado.

*“Exu matou um pássaro ontem
com a pedra que jogou hoje.”
Provérbio africano*

REFERÊNCIAS

- Almeida, C.M. (1870). *Código Phillipino*. Typografia do Instituto Philomathico, Rio de Janeiro. <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>.
- Brasil (1940). *Decreto-Lei no 2.848, de 07/12/1940*. Código Penal. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm.
- _____. (2009) *Lei Federal 12.015 de 07/09/2009*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm.
- _____. (1830) *Lei de 16 de 1830*. Código Criminal do Império do Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm.
- _____. (1890) *Decreto nº847 de 11/10/1890*. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm.
- _____. (1915) *Lei nº2.992 de 25/09/1915*. Dispõe sobre a alteração nos artigos 266, 277 e 278 do Código Penas de 1890. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2992-25-setembro-1915-774536-publicacaooriginal-138024-pl.html>.
- Campos, A. A. (2021) *Genealogia da noção jurídica de estupro no Brasil: normatividade e processos de subjetivação*. Tese de Doutorado. Universidade Católica de Pernambuco, Recife.
- Flauzina, A.; Pires, T. (2020) Uma Conversa de Pretas Sobre Violência Sexual. In *Raça e Gênero: Discriminações, Interseccionalidades e Resistências*, de Pimentel, S.; Araújo, S.M.; Pereira, B.; Melo, M. EDUC.
- Gonçalves, A. M. (2023) *Um defeito de cor*. 34ª edição, Record.
- Gonzalez, L. (1984) Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS.
- Nascimento, A. (1978) *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Editora Paz e Terra LTDA,.

Como citar este texto

Ferreira, M. D. M. (2024). O estupro de Kehinde e a violência sexual como prática social histórica no Brasil: breve resgate histórico-jurídico. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 39-53 <https://dx.doi.org/10.59068/24476137kehinde>

RECEBIDO EM:24/05/2024
APROVADO EM: 02/10/2024



RELATO DE PRÁTICA

A guerra de todos e de ninguém

Foto: Bruno Itan



Michele Borges

michele@desirpsicanalise.com.br

Psicóloga, Psicanalista, membra do Fórum do Campo Lacaniano de São Paulo, mestre (2021) e doutoranda pelo programa de Psicologia Social da PUC – SP, no Núcleo de Psicanálise e Sociedade – NUPS, Mestranda pelo Programa de Juventudes da Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais da Argentina – FLACSO -BA, Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças, Adolescentes e Família – Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos – NCAF – SGD da PUC-SP, Professora universitária e Psicanalista em Consultório Particular.

A guerra de todos e de ninguém¹¹**The war of everyone and no one****La guerra de todos y de nadie.**

O termo *Guerra* nos remete sempre ao horror e à brutalidade da imposição da força como solução para conflitos, à tentativa de controle de um povo ou nação sobre outro. E é mais comum para nós brasileiras e brasileiros quando pensamos na guerra, a localizamos fora, longe, a guerra é sempre a do outro, afinal escutamos por vezes *em nosso país não temos guerra* e até repetimos isso. No entanto, basta analisarmos alguns dados para nos darmos conta de que sim, temos uma guerra em curso que pode ser considerada em algum nível como uma guerra civil, já que desde a invasão do Brasil em 1500 temos o genocídio dos povos indígenas e da população negra e pobre.

Poderíamos nomear como uma guerra de direitos humanos, uma vez que a violência policial e as mortes resultantes dela, muitas vezes concentradas em comunidades pobres e predominantemente negras, refletem uma crise profunda de direitos humanos, desigualdade e discriminação. E por que não falarmos em ditadura? Já que essa, na periferia nunca acabou, pessoas continuam desaparecendo depois de abordagens policiais, as pessoas seguem tendo suas casas invadidas sem mandato, as torturas ainda são o mais utilizado meio de *interrogação* da polícia nas regiões periféricas. O que enfrentamos é uma guerra difusa, sem nome, espalhada, de todos e de ninguém ao mesmo tempo.

¹¹ Texto apresentado na atividade “As Relações Étnico-Raciais: Guerra, Identidade e Gozo, organizada pelas Comissões de Urgências da Época e de Gestão da Escola dos Fóruns do Campo Lacaniano (EPFCL-BR), no dia 03/09/24.

O documentário *A Guerra do Brasil*¹² (2017), aponta dados que nos ajudam a entender esse cenário. Em 2014 o Brasil chegou à marca de 60.474 homicídios quando os demais países da América do Sul somaram 40.469, a União Europeia 5.106 e demais 92 países juntos somaram 58.766. Esses números não são justificados pelo tamanho no nosso país, já que quando comparado a regiões mais populosas, ainda se sobressai. Na Índia, no mesmo período foram 41.623 homicídios, na China, 10.083, nos EUA, 14.164 e na Indonésia, 1.277.

No período entre 2001 e 2015, foram 786 mil homicídios no Brasil, o equivalente a população de João Pessoa ou 1 vez e meia a população de Lisboa. Desses, 442.419 eram pessoas de 0 a 29 anos e 497.911 eram pessoas negras ou pardas. Em 2001, em São Paulo, foram 6.700 homicídios enquanto em Nova York, mesmo com o atentado às Torres Gêmeas, foram 3.386.

Quando comparamos os números em relação às guerras internacionais: no Iraque, entre 2003 e 2017, foram 268 mil mortes; na Síria, entre 2001 e 2016, foram 238 mil mortes; e todos os atentados considerados terroristas no mundo, de 2001 a 2016, somaram 238 mil mortes. No Brasil, neste mesmo período de 15 anos, foram 786 mil mortes, 143 mortes por dia, 6 mortes por hora, 1 morte a cada 10min.

O número aproximado de mortos no genocídio em Gaza¹³, segundo o Ministério da Saúde, é de 40 mil; em 2022, no Brasil, foram 47.963 mortes violentas. Ou seja, em um ano, nosso país mata mais que o massacre em curso contra os palestinos.

De dezembro de 2023 a janeiro de 2024 tivemos a “Operação Verão” no Estado de São Paulo, que terminou com 56 mortes e foi a operação mais letal da corporação desde o massacre do Carandiru em 1992¹⁴.

¹² A guerra do Brasil. Direção: Gripp, Alan. Produção: Amaral, Chico. São Paulo. O Globo. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/politica/a-guerra-do-brasil.html>

¹³ G1. Número de mortos em Gaza pela guerra chega a 40 mil, diz governo do Hamas; negociação de cessar-fogo começa em Doha. G1, 15 ago 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/08/15/numero-de-mortos-em-gaza-desde-o-inicio-da-guerra-chega-a-40-mil-diz-governo-do-hamas.ghtml>

¹⁴ Filho, Herculano. PM mata 1 a cada 15 h no litoral; ação é a mais letal de SP desde Carandiru. UOL, São Paulo, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/02/22/pm-mata-1-pessoa-a-cada-15-h-em-acao-na-baixada-santista.htm>

Mas por que a nossa guerra não ganha destaque na mídia internacional? Por que insistimos em dizer que em nosso país não há guerra? Essas não são questões fáceis de responder, mas talvez o fato de que esses números atingem sobretudo a população negra e a classe trabalhadora seja uma das razões. Os corpos matáveis – para fazer uso do conceito de necropolítica de Achille Mbembe (2020) – são os deixados para morrer.

Há tempos venho pesquisando como o Estado se faz presente pela ausência quando se trata de pensar políticas públicas para classe trabalhadora. São essas as famílias cujos filhos são assassinados, que não têm acesso à moradia digna, à educação de qualidade e à saúde pública. São essas famílias que, por vezes, sofrem por gerações devido à ausência do Estado e à violação de direitos. São essas famílias que perdem o poder familiar de seus filhos e filhas, muitas vezes apenas por serem pobres. São essas famílias que veem seus filhos e filhas cumprindo medidas socioeducativas ou penas em prisões superlotadas, frequentemente enfrentando processos morosos e cheio de erros. Os protagonistas dessas histórias se tornam estatísticas, meros números, ou, como canta Emicida (2019) “as peles alvo”, já que as peles alvas são as menos afetadas.

A estratégia de desumanização de determinados grupos contribui para esse estado de desafetação em relação às mortes, desqualificando pessoas e, por vezes, qualificando como suspeitos ou marginais – estratégia aliás sempre utilizada pela polícia, que primeiro atira e investiga depois. Isso faz com que, inclusive, a população mais afetada siga sem a dimensão de que vivemos uma verdadeira guerra.

Esses números apresentados anteriormente não contemplam os mortos pela COVID 19, mas sabemos que as regiões mais afetadas foram as periféricas, assim como a maioria das pessoas que não sobreviveram foram as que não puderam ficar em casa, que não tiveram tratamento adequado e às vezes nem respiradores. A primeira pessoa a morrer de COVID 19 no Rio de Janeiro foi uma mulher de 63 anos, empregada doméstica, contaminada por sua empregadora recém-chegada da Itália e que havia testado positivo para o vírus¹⁵.

¹⁵ Veríssimo, Vivian. Trabalhadora doméstica é a primeira vítima do coronavírus no estado do Rio. Brasil de Fato, Rio de Janeiro, 19 mar. 2020, Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/19/trabalhadora-domestica-e-a-primeira-vitima-do-coronavirus-no-estado-do-rio>

Novamente a população teve contato inicialmente apenas com os números do ministério da saúde, até que esses números virassem corpos de familiares, conhecidos, amigos, vizinhos. Desde a invasão de nosso país, convivemos com um projeto hegemônico de genocídio da população indígena e negra. Esse projeto sempre esteve em curso, e esses números comprovam o quanto ele ainda segue em pleno vigor.

É urgente e necessário trazer o debate da branquitude para o centro das discussões, pois se faz necessário que pessoas brancas se percebam racializadas e não sigam apontando apenas o outro como racializado. Nesse sentido Cida Bento é precisa:

(...) trata-se de compreender a perspectiva que emerge quando deslocamos o olhar que está sobre os “outros” racializados, os considerados “grupos étnicos” ou os “movimentos identitários” para o centro, onde foi colocado o branco, o “universal”, e a partir de onde se construiu a noção de “raça” (Bento, 2022, p. 15).

A autora nos alerta sobre o quanto se discute a herança escravidão, mas pouco discutimos sobre a herança da colonização e a perpetuação desses benefícios, fazendo que com que a branquitude permaneça em seu lugar de branqui(etude) sem querer refletir sobre seus privilégios:

(...) Fala-se muito na herança da escravidão e nos seus impactos negativos para as populações negras, mas quase nunca se fala na herança escravocrata e nos seus impactos positivos para as pessoas brancas. É possível identificar a existência de um pacto narcísico entre coletivos que carregam segredos em relação a seus ancestrais, atos vergonhosos como assassinatos e violações cometidos por antepassados, transmitidos através de gerações e escondidos, dentro dos próprios grupos, numa espécie de sepultura secreta (Bento, 2022, p. 23).

Sem refletirmos sobre a herança escravocrata será cada vez mais difícil pensarmos numa sociedade justa e equitativa, seguiremos sendo regidos por um ensaio democrático(Santos, 1997).

É o fato de que a classe média goze de privilégios, não de direitos, que impede aos outros brasileiros ter direitos. E é por isso que no Brasil quase não há cidadãos. Há os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e há os que não podem ser cidadãos, que são todos os demais, a começar pelos negros que não são cidadãos. Digo-o por ciência própria. Não importa a festa que me façam aqui ou ali, o cotidiano indica que não sou cidadão neste país (Santos, 1997, p. 133).

Em 2020, enquanto ouvíamos que deveríamos ficar protegidos em casa, João Pedro Matos de 14 anos, foi baleado enquanto brincava dentro da sua casa numa ação policial, cerca de 70 tiros foram disparados além de granadas. Tivemos agora, 4 anos depois a decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que absolveu sumariamente os três policiais civis denunciados pelo assassinato do adolescente sob a alegação de legítima defesa. A Anistia Internacional se posicionou sobre o caso e afirma que a mensagem enviada é que “as favelas são territórios de exceção onde qualquer morte provocada pela ação da polícia permanecerá impune”.¹⁶

Em 2019, o exército disparou 80 tiros contra um carro no Rio de Janeiro, matando Evaldo dos Santos Rosa, a alegação inicial foi de “injusta agressão de assaltantes”, posteriormente disseram que os disparos haviam sido feitos por engano, 80 tiros por engano!¹⁷

Neste mesmo ano, em São Paulo, os jovens: Bruno Santos, de 22 anos; Denys Silva, de 16 anos; Dennys França, de 16 anos; Eduardo da Silva, de 21 anos; Gabriel Moraes, de 20 anos; Gustavo Xavier, de 14 anos; Luara Oliveira, de 18 anos; Marcos Paulo Santos, de 16 anos e Mateus Costa, de 23 anos, saíram para se divertir e nunca mais voltaram para casa, foram assassinados numa ação da Polícia Militar para reprimir o tradicional baile funk da DZ7, que acontece na comunidade de Paraisópolis¹⁸.

Em 2018, Marcus Vinicius da Silva de 14 anos, pergunta para a mãe pouco antes de morrer por disparos policiais e sem socorro: “Ele não viu que eu estava com roupa de escola, mãe?”¹⁹

¹⁶ Nota Pública | Caso João Pedro: não existe legítima defesa quando uma criança desarmada é morta dentro de casa por ação da polícia. Anistia Internacional. Disponível em: <https://anistia.org.br/informe/caso-joao-pedro-nao-existe-legitima-defesa-quando-uma-crianca-desarmada-e-morta-dentro-de-casa-por-acao-da-policia/>

¹⁷ G1 Rio. Homem morre após ser baleado em ação do Exército na Zona Oeste do Rio. 07 abr 2019. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/04/07/homem-morre-apos-carro-ser-atingido-em-acao-do-exercito-na-zona-oeste-do-rio.ghtml>

¹⁸ Mendonça, Jeniffer. O que foi o massacre de Paraisópolis. Ponte: São Paulo 30 nov 2023. Disponível em: <https://ponte.org/o-que-foi-o-massacre-de-paraisopolis/>

¹⁹ Ramos, Sílvia. Ele não me viu com a roupa de escola, mãe?. 17 jul 2023. <https://observatorioseguranca.com.br/ele-nao-me-viu-com-a-roupa-de-escola-mae/>



Foto: Bruno Itan

No último dia 12, o adolescente Pedro Henrique Oliveira dos Santos de 14 anos²⁰, um garoto negro, homossexual, periférico – aliás morador do mesmo bairro que eu -, bolsista do colégio Bandeirantes, tirou a própria vida por não suportar os atos racistas, classistas e homofóbicos que foram nomeados de bullying, por parte dos demais alunos não bolsistas. Depois dele e sua mãe procurarem o *Programa Ismart*²¹ que concedeu a bolsa e a única ação da organização foi conceder o atendimento de uma psicóloga. Pedro Henrique não suporta e tira a própria vida. Diante desta tragédia, o colégio Bandeirantes alega a intenção de rever a parceria com a Ismart, o ex-diretor do colégio, que hoje ocupa o cargo de assessor do núcleo de estratégia e inovação, dois dias depois o suicídio do aluno, em reunião com demais alunos bolsistas em que era cobrado por uma ação, diz se referindo a esses alunos: "nível de agressividade grande e espantoso"²². Numa sociedade omissa, violenta em que a legítima “dor dos Judeus choca e a nossa gera piada” como cantou Emicida (2015), podemos dizer esse garoto foi assassinado!

São inúmeros os casos que poderíamos citar em todo Brasil e ainda incorreríamos no erro de não elencar todos, já que muitos nem vão para a mídia. Sidi Askofarè, em conferencia dada no FCL-RJ em 2022²³, nos questiona “o que acontece com a psicanálise em sociedades racializadas ou mesmo em sociedades racistas?” e retomo aqui pela importância dessa pergunta a nós psicanalistas.

²⁰Batista Jr, João. Tragédia antes da aula. Piauí: São Paulo 21 ago 2024. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/suicidio-aluno-colegio-bandeirantes/>

²¹ Instituto Social para Motivar, Apoiar e Reconhecer Talentos (Ismart), programa que oferece acesso a educação (presencial e online) e bolsas de estudos para jovens periféricos/os, do ensino fundamental à universidade.

https://www.ismart.org.br/?utm_source=google&utm_medium=search&utm_campaign=institucional&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwo8S3BhDeARIsAFRmkONuIOW0zRZsNEVZCxO8F5roAFLMrjYf1Q5xANCbQHmNhAvPm-UXjskaAn3mEALw_wcB

²² Negreiros, Adriana. Após suicídio, Bandeirantes quer rever acordo com ONG que escolhe bolsistas. UOL, São Paulo, 27 ago. 2024. Disponível em:

https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2024/08/27/apos-suicidio-de-bolsista-bandeirantes-quer-rever-parceria-com-ismart.htm?utm_source=whatsapp-network&utm_medium=compartilhar_conteudo&utm_campaign=organica&utm_content=geral

²³ Conferência proferida na sessão de abertura das atividades do FCL-RJ em março de 2022, com participação de Antônio Quinet e Elisa Cunha como debatedora. Organizada em forma de artigo para revista Stylus, pela Comissão de Relações Étnico-raciais, Diversidade e Equidade da EPFCL-BR. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jmOiHfWI4IM>

Questão que ele coloca já admitindo a complexidade dessa resposta sem passar por pontos como: “a questão da colonização (dominação colonial), a questão da sociologia da psicanálise, a questão econômica (quem pode ‘pagar’ por uma análise?), a questão das condições culturais de acesso à psicanálise, a questão dos modos de propagação do discurso psicanalítico e, por fim, a formação de analistas”.

Este trabalho não nos permite abordar essa questão como precisaríamos, mas retomo um trecho fundamental acerca da redução do racismo à segregação:

É por isso que a redução do racismo à segregação, além de atenuar e generalizar o racismo, não apenas o despolitiza, mas também o dessexualiza, silenciando, notadamente, as fantasias que sustentam e nutrem uma série de comportamentos racistas, bem como os motivos inconscientes dos afetos aferentes. Só que confundir o “racismo das sociedades e das culturas”, o “racismo dos discursos” (do qual fala Lacan) e o racismo dos indivíduos-sujeitos é também e sobretudo apagar algo maior: o racismo como discurso que justifica a dominação, a exploração, o desprezo, a humilhação, e até mesmo o ódio. Há uma economia política do racismo que explica que ele é necessariamente acompanhado de interesses particulares de sujeitos ou grupos, de modo que é impensável que uma sociedade escravagista ou colonialista, e não é para vocês, brasileiros, que eu vou ensinar isso, esteja livre do racismo. O que a psicanálise pode trazer à luz e esclarecer é como os sujeitos incorporam essa ideologia e que uso de gozo eles fazem disso (Askofarè, 2023, p. 19).

Andreia Guerra no livro “Sujeito Suposto Suspeito” propõe uma atualização do discurso do mestre moderno para o discurso do colonizador e finaliza nos convocando uma batalha:

Reduzida à florescência imaginária e constituídos os nomes do real neocolonial em curso, saber-fazer de outra maneira com o isso que resta é, portanto, a aposta analítica na passagem de uma relação de ódio, desprezo ou de suspeita, que coisifica, elimina ou consolida o outro como inimigo, para a formulação de uma nova pergunta que possa, em sua originalidade, indicar novos caminhos estruturais para o gozo – já que dele não nos livramos. Não seria essa uma batalha mais interessante? (Guerra, 2022, p. 174).

A psicanálise sempre dialogou com questões políticas, posicionando-se de forma subversiva em muitos temas. Esta é uma questão que devemos refletir, discutir e que precisa atravessar nossas formações e nossa escuta. Talvez a maior importância desse debate seja justamente podermos pensar o que nós psicanalistas temos com isso tudo, como podemos contribuir e sobretudo, como podemos aprender com as *Carolinas desacostumadas das favelas* que escrevem a dor da fome e da desigualdade social ou com as *Antígonas periféricas* que não cansam de lutar e que arriscam tudo para poderem enterrar seus mortos.

A música de Vinny Santa Fé, 80 tiros reforça o que aponto nesse trabalho:

Você confunde furadeira com pistola
Depois confunde guarda-chuva com fuzil
Eu não confundo a pele preta
Violada ensanguentada
Estampadas nas manchetes do Brasil
Você confunde o cidadão trabalhador
Aponta a mira e depois faz o que quer
E na sequência mais um pai deixa seu
filho
Mais um filho sem seu pai
E mais luto de mulher
O mundo sangra todo dia
Pela falta de amor
80 tiros no sambista
Foi sem dó nem compaixão
Quem paga a conta todo dia
Deste jogo opressor
É o cidadão

Ele saiu pra passear
E nunca mais voltou
Guadalupe chorou

O pai de João Pedro, na ocasião de sua morte diz que os tiros não mataram apenas uma pessoa, mas uma família inteira. Que possamos todos sermos atingidos por esses tiros, que possamos nos sensibilizar com essas muitas famílias violentadas, chorar com Guadalupe e nos ocupar também da nossa guerra.

REFERÊNCIAS

- Askofarè, S. (2023). Psicanálise OU racismo. *Stylus Revista de Psicanálise*. N.º 46, p. 13-21. São Paulo.
<https://stylus.campolacaniano.com.br/cs/article/view/1030/690>
- Bento, C. (2022). *O pacto da Branquitude*. São Paulo: Cia das Letras.
- Emicida. (2015). Bang. No álbum XYZ. [Gravação de áudio]. São Paulo, Brasil: Selo independente.
<https://www.youtube.com/watch?v=WKiWQGpP0zQ>
- Emicida (com participação de Larissa Luz e Fernanda Montenegro). (2019). *Ismália*. No álbum *Amarelo*. [Gravação de áudio]. São Paulo, Brasil: Selo independente.
<https://www.youtube.com/watch?v=EtN1jBk0ZQg>
- Guerra, A. (2022). *Coleção Decolonização e Psicanálise, Volume Sujeito, Suposto Suspeito: a transferência psicanalítica no sul global*. São Paulo: N1 edições.
- Mbembe, A. (2020). *Necropolítica*. São Paulo: N1 edições
- Santa Fé, Vinny. 80 Tiros (Guadalupe Chorou). Muller Entretenimento e Quiabo Produções. Nov 2019.
<https://www.youtube.com/watch?v=dMl1p0faiAU>
- Santos, M. (1996/1997). As cidadanias mutiladas. In J. Lerner (Ed.), *O preconceito* (pp. 133-134). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

Como citar este texto

Borges, M. (2024). A guerra de todos e de ninguém. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 54-65.
<https://dx.doi.org/10.59068/24476137aguerra>

RECEBIDO EM: 31/08/2024
APROVADO EM: 23/09/2024

Que lixão é esse?

**Uma história sobre racismo ambiental
contada por Maria e seus filhos**



Luísa Albino Almeida

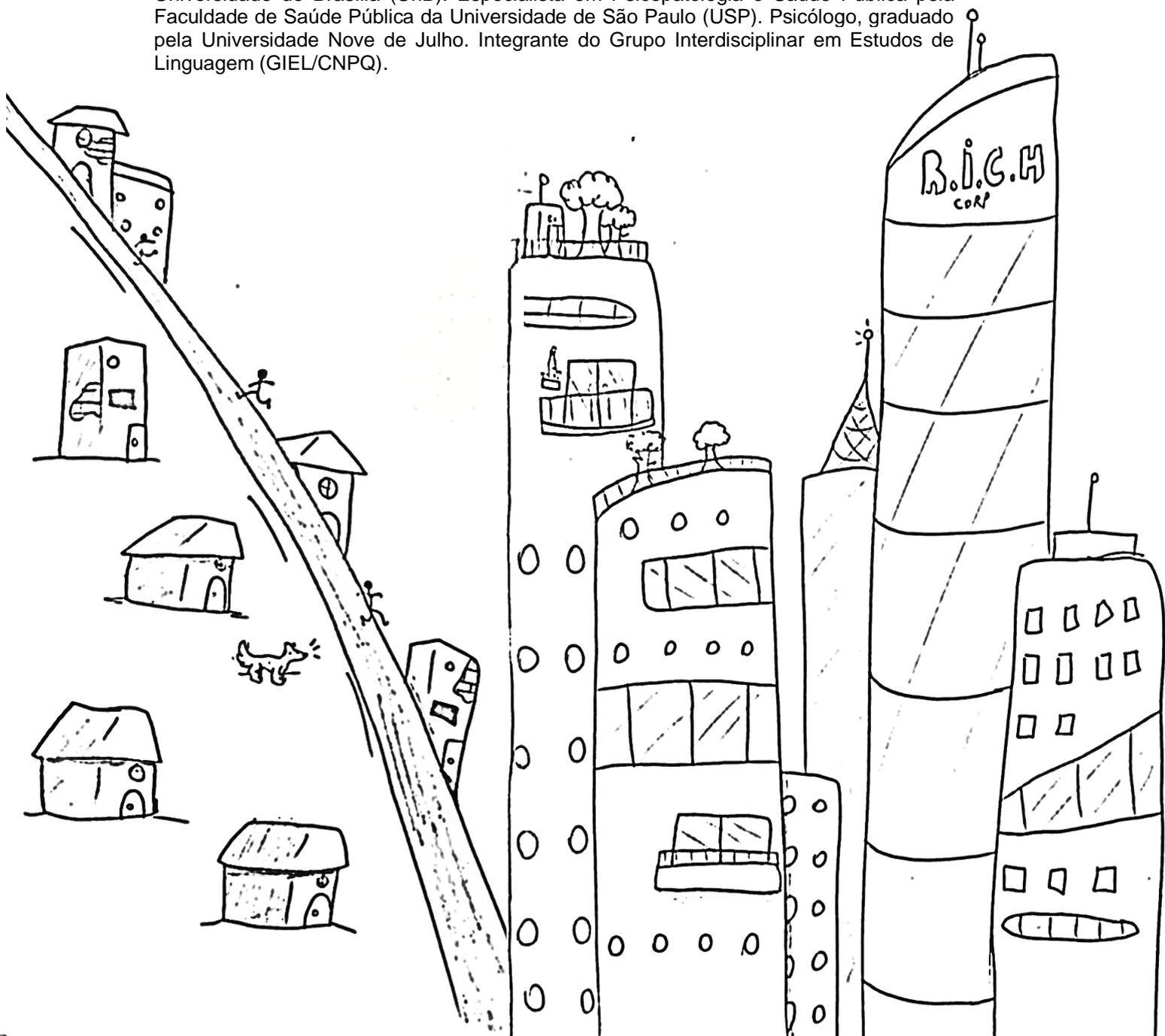
luisaalbinoalmeida12@gmail.com

Adolescente, com gosto para o desenho e dublagem. Estudante do 7º ano do Ensino Fundamental no Colégio Zelinda. Coautora do HQ *O Drama da família Gonzalez: um ensaio sobre as vulnerabilidades do migrar* e do livro, ainda em construção, *Histórias de fim do mundo*.

Cristiano Rodineli de Almeida

cristiano.rodineli@unifesp.br

Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Educação e Saúde na Infância e na Adolescência da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Bolsista CAPES. Especialista em Políticas Públicas e Socioeducação pela Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Psicopatologia e Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP). Psicólogo, graduado pela Universidade Nove de Julho. Integrante do Grupo Interdisciplinar em Estudos de Linguagem (GIEL/CNPQ).

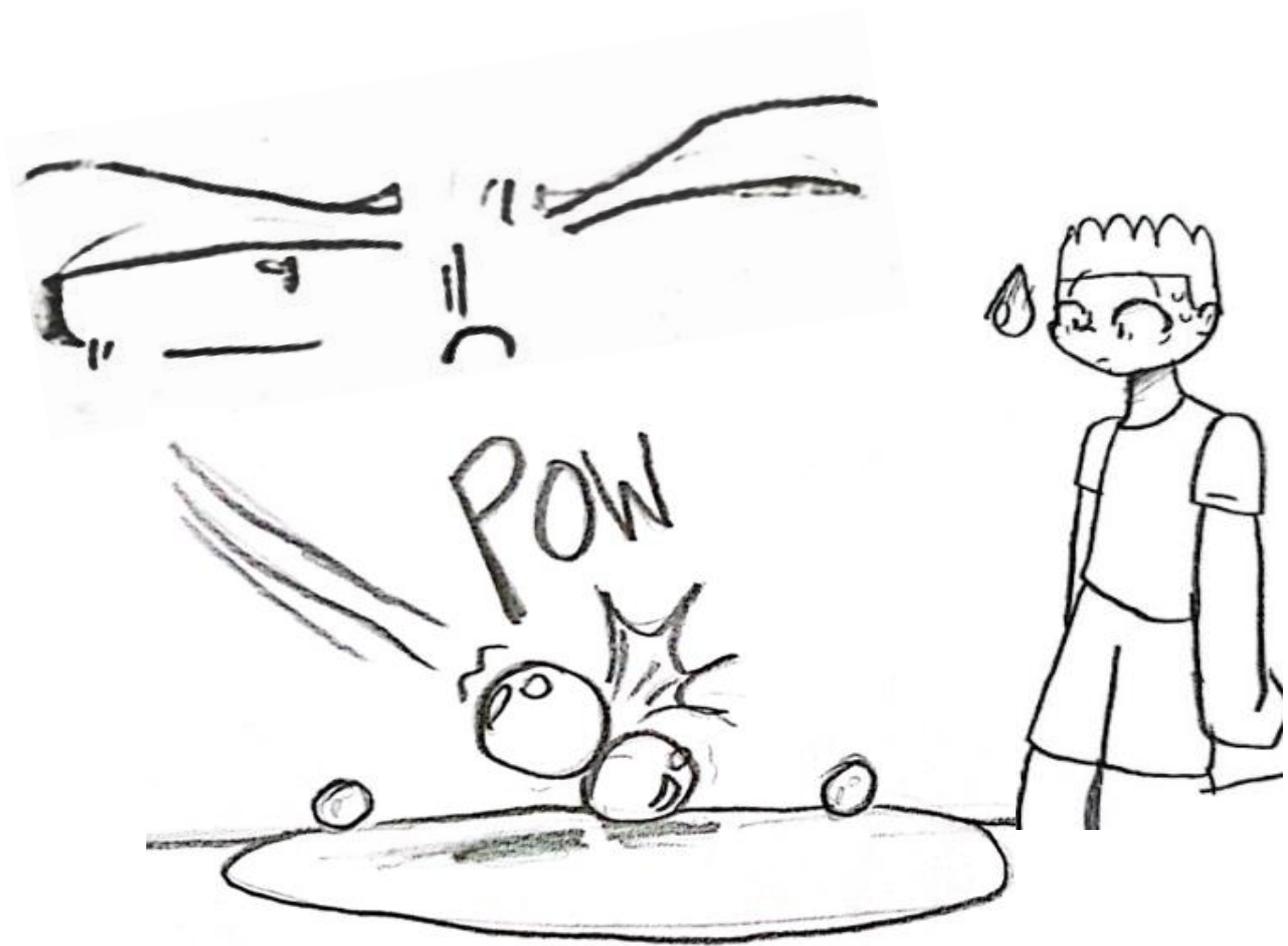


QUE LIXÃO É ESSE?

Uma história sobre racismo ambiental
contada por Maria e seus filhos

EM UMA TARDE DE DOMINGO, DUAS
CRIANÇAS BRINCAVAM NA RUA...

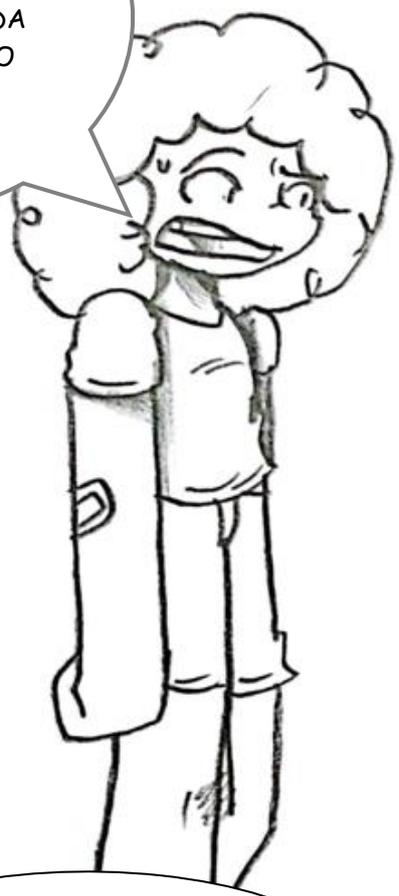




AS DUAS CRIANÇAS
BRINCAVAM NA RUA ATÉ QUE
FORAM SURPREENDIDAS POR
UM FORTÍSSIMO CHEIRO

NOSSA, QUE FEDOR!
TÁ SENTINDO,
GABRIEL?





TÔ SIM! JÁ FAZ
ALGUNS DIAS QUE
ESSA PODRIDÃO
CHEGA NO FINAL DA
TARDE, QUANDO O
DIA ESTÁ MAIS
QUENTE.



ECA!



A MÃE DISSE QUE AQUI
PERTO FIZERAM UM
LIXÃO E ESSE CHEIRO
VEM DE LÁ!



SÉRIO? E EU QUE PENSAVA QUE
ERA UM BICHO MORTO! VAMOS
LÁ PERGUNTAR PRA MÃE QUE
LIXÃO É ESSE?



**AS DUAS CRIANÇAS RAPIDAMENTE
GUARDARAM SUAS BOLINHAS DE GUDE E
CORRERAM PARA CASA. MARIA É UMA
MULHER PRETA E MÃE SOLO. TRABALHA A
SEMANA TODA COMO DIARISTA EM UM
CONDOMÍNIO DA MESMA CIDADE QUE
MORAM. COMO ERA DOMINGO, ESTAVA EM
CASA ADIANTANDO O QUE PODIA DOS
AFAZERES DOMÉSTICOS. DE REPENTE,
ESCUta SEUS FILHOS ESBAFORIDOS
CHAMANDO POR ELA.**



MÃE,
MÃE,
MÃEE
EEE!

MÃE,
MÃE,
MÃEEEE!

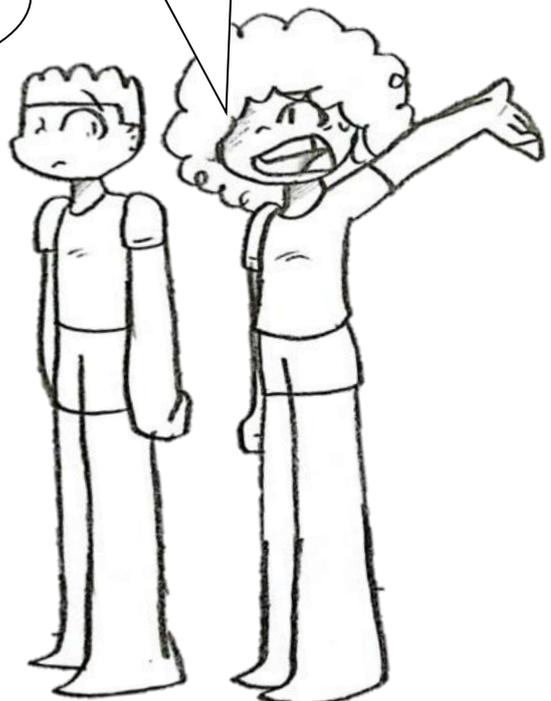


EITA! QUE
GRITARIA
TODA É ESSA?

MÃE, NÃO É QUE
ESSE CHEIRO
RUIM VEM LÁ DO
LIXÃO?

QUE LIXÃO
É ESSE????

CALMA,
CRIANÇAS!
JÁ CONTO!





SABE, MEUS FILHOS, ESSE NEGÓCIO DE LIXÃO COMEÇOU HÁ ALGUNS ANOS. NO COMEÇO ERA SÓ UMA IDEIA, NÃO DAVA NEM PRA VER DIREITO, NEM CHEIRAVA DIREITO. MAS DE UM TEMPO PRA CÁ, O NEGÓCIO CRESCEU. NA VERDADE, NÃO SE TRATA DE UM LIXÃO, AOS MOLDES ANTIGOS, ONDE SE JOGAVA DE QUALQUER JEITO, SEM CUIDADO ALGUM E A CÉU ABERTO TODO LIXO DAS CIDADES. O NOME CORRETO DO QUE EXISTE AQUI PERTO É

A EXPLICAÇÃO DA MÃE SE TORNOU TÃO INTERESSANTE, QUE OS MENINOS ATÉ SE SENTARAM PARA OUVI-LA



DIZEM QUE O ATERRO SANITÁRIO É MELHOR, PORQUE TEM TODA UMA ESTRUTURA PARA RECEBER OS RESÍDUOS. DIZEM QUE TEM ENGENHEIROS LÁ PRA CUIDAR DISSO. EU NÃO TENHO CONDIÇÕES DE DIFERENCIAR PORQUE NÃO TENHO ESTUDO PRA ISSO, E TAMBÉM NÃO VEJO COMO É LÁ. O QUE SEI É QUE O CHEIRO DE LIXO INVADE NOSSAS CASAS, RUAS E ESCOLAS. MESMO NÃO SENDO UM LIXÃO, PRA GENTE É PODRE DO MESMO JEITO!





SABE, ACHO QUE ESSE É O PROBLEMA, MEUS FILHOS. VIVEMOS EM UM LUGAR POBRE, LONGE DO CENTRO E DOS CONDOMÍNIOS. ACHO QUE ELES COLOCARAM ESSE ATERRO SANITÁRIO AQUI E NÃO LÁ POR CAUSA DISSO, OU VOCÊS ACHAM QUE ELES IRIAM FAZER UM ATERRO SANITÁRIO PERTO DE QUEM TEM DINHEIRO E PODER? JÁ VI MUITO DISSO ACONTECER. JÁ VIEMOS MORAR AQUI PORQUE O TERRENO ERA MAIS BARATO, MESMO SABENDO QUE ERA LONGE DE TUDO. MAS AGORA, SE A GENTE QUISSER SE MUDAR QUEM É QUE VAI COMPRAR, QUANTO VÃO PAGAR? INFELIZMENTE NÃO TEMOS PARA ONDE IR E O QUE FAZER.

A SABEDORIA DE MARIA APONTA PARA O TEMA DO RACISMO AMBIENTAL. AINDA POUCO DIFUNDIDO E, PARA ALGUNS, CONSIDERADO UM PRECIOSISMO DENTRO DAS TEMÁTICAS DO RACISMO, TRATA-SE DE AÇÕES OU OMISSÕES, DIRETAS OU INDIRETAS, DO SOCIAL PARA DETERMINADOS TERRITÓRIOS, AS QUAIS VULNERABILIZAM CERTAS POPULAÇÕES EM DETRIMENTO DE OUTRAS. OS MORADORES DAS PERIFERIAS, DOS MORROS, DAS BEIRAS DE RIOS E ENCOSTAS TÊM ENQUANTO ELO COMUM, ALÉM DA PRECARIZAÇÃO DO ACESSO A SERVIÇOS E DIREITOS BÁSICOS, A COR DE SUAS PELES (HERCULANO, 2017). TOMAMOS COMO EXEMPLO A CIDADE DE SÃO PAULO, NA QUAL BAIRROS MAIS RICOS COMO MOEMA, ALTO DE PINHEIROS E VILA MARIANA TÊM MENOS DE 10 % DE PRETOS E PARDOS ENTRE SEUS MORADORES E MENOS DE 1% DO TOTAL DE SUAS HABITAÇÕES ENCONTRAM-SE EM ASSENTAMENTOS INFORMAIS, ENQUANTO OS MAIS PERIFÉRICOS E VULNERÁVEIS, COMO JARDIM ÂNGELA, CIDADE TIRADENTES E PARELHEIROS, TÊM POPULAÇÃO AUTODECLARADA PRETA E PARDA ACIMA DOS 50%, E COM NÚMERO DE MORADIAS EM FAVELAS QUE VARIAM ENTRE 5% A 26% EM RELAÇÃO AO TOTAL DE DOMICÍLIOS DO TERRITÓRIO (REDE NOSSA SÃO PAULO, 2019).

TRATA-SE DE UMA ATUALIZAÇÃO DO QUE SE ENTENDE POR CASA GRANDE E SENZALA, O PRIMEIRO DIRÍAMOS SE TRATAR DOS CENTROS DO PODER E, O SEGUNDO, DAS PERIFERIAS E DEMAIS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS, LÓGICA AINDA ANCORADA NA PERSPECTIVA COLONIAL E ESCRAVOCRATA. ISSO SE APRESENTA AVESSE A PLATAFORMA DECOLONIAL DA CASA COMUM, NA QUAL A JUSTIÇA, PROTEÇÃO E O RESPEITO ESTARIAM PARA TODOS, COM O OBJETIVO "DE DESMONTAR AS ESTRUTURAS MENTAIS DE DOMINAÇÃO, EXCLUSÃO E DISCRIMINAÇÃO EM NOSSO CONVÍVIO SOCIAL" (PINHEIRO; SCHUCK, 2020. P.99). COMO DIRIA GRADA KILOMBA (2019), O RACISMO É UMA QUESTÃO DE EQUIVALÊNCIA, SENDO NECESSÁRIO PERCEBE-LO NAS AÇÕES, NOS DITOS E NÃO-DITOS DA FALA E DA CULTURA. PORTANTO, O RACISMO AMBIENTAL É, MAJORIATARIAMENTE, UMA QUESTÃO RACIAL.

A DECISÃO DE UM ATERRO NA PERIFERIA DA CIDADE E NÃO PRÓXIMO AO CENTRO OU AOS CONDOMÍNIOS, ESTÁ ANCORADA NA LÓGICA RACIAL, NÃO NECESSARIAMENTE POR IMPLICAR UMA DECISÃO INTENCIONAL E CONSCIENTE CONTRA AS COMUNIDADES PERIFÉRICAS E A POPULAÇÃO NEGRA, MAS COM IGUAL PESO POR PRECARIZAR, AINDA MAIS, ESSES AMBIENTES, TRANSFORMANDO-OS EM "ZONAS DE SACRIFÍCIO" DA CIDADE, NAS QUAIS OS POBRES, EM SUA MAIORIA OS NÃO BRANCOS, ASSUMEM, QUASE QUE EXCLUSIVAMENTE, O PAGAMENTO DE UMA DÍVIDA SOCIOAMBIENTAL NA QUAL TODOS NÓS TEMOS RESPONSABILIDADE. ISSO FAZ COM QUE ESSA POPULAÇÃO SEJA FORÇADA "A CONVIVER COM UM COTIDIANO DE ENVENENAMENTO E DEGRADAÇÃO DE SEUS AMBIENTES DE VIDA", ENQUANTO QUE OS DEMAIS PODEM USUFRUIR DAS GARANTIAS DE DIREITO OPORTUNIZADAS PELA CIDADE (HERCULANO, 2008. P.16).

AINDA TOMANDO A CIDADE DE SÃO PAULO COMO EXEMPLO, É APONTADO NO SITE DA PREFEITURA TRÊS ATERROS SANITÁRIOS, TODOS LOCALIZADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DA CIDADE. TODOS ESTÃO NAS PERIFERIAS, PRÓXIMOS A COMUNIDADES E ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2023). O MAIOR DELES, O ATERRO SANITÁRIO DE CAIEIRAS, OCUPA UMA ÁREA DE 3,5 MILHÕES DE METROS QUADRADOS, E É VIZINHO DE INÚMEROS BAIRROS DA CIDADE QUE JÁ EXISTIAM ANTES DE SUA CONSTRUÇÃO (BRASIL, 2021). SÃO POPULAÇÕES QUE, APESAR DO CONSTANTE PROTESTO E DESAGRADO COM A SITUAÇÃO, SÃO OBRIGADAS A CONVIVER COM O MAL CHEIRO EM SUAS CASAS. O LADO RACIONAL QUE, POSSIVELMENTE, OPERA NA ESCOLHA DESSES TERRITÓRIOS PARA A INSTALAÇÃO DOS ATERROS SANITÁRIOS É PORQUE A POPULAÇÃO PERIFÉRICA TEM MENOR ACESSO A ESFERA JURÍDICA QUE PODERIA GARANTIR-LHES DIREITOS. SUPOMOS, TAMBÉM, QUE EM UMA EVENTUAL INDENIZAÇÃO, OS IMÓVEIS VALERIAM BEM MENOS CONSIDERANDO A IRREGULARIDADE DOCUMENTAL TÍPICA DESSES TERRITÓRIOS.





Referências

Brasil (2021). *Resíduos sólidos: maior aterro sanitário do Brasil é visitado pelo Governo Federal*. Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

<https://www.gov.br/mdr/pt-br/noticias/residuos-solidos-maior-aterro-sanitario-do-brasil-e-visitado-pelo-governo-federal>

Herculano, S. (2008) O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. *INTERFACEHS - Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente* - v.3, n.1, Artigo 2, jan./ abril. www.interfacehs.sp.senac.br

Herculano, S. (2017) Racismo ambiental, o que é isso? *Professores UFF*. 01-03. www.professores.uff.br/seleneherculano/textos

Kilomba, G. (2019) *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogá.

Pinheiro A.A.; Schuck, C. B. (2020) Racismo ambiental, ecologia integral e casa comum: uma reflexão crítica a partir do feminismo negro e da educação das relações étnico-raciais. In: Follmann, J.I. (Org.) *Ecologia integral: abordagens (im)pertinentes*. Casa Leiria. pp. 91-111 www.casaleiria.com.br/acervo/follmann/ecologiaintegral/v1/index.html

Prefeitura de São Paulo (2023). *Aterros Sanitários e Transbordos*. SP Regula.resíduos sólidos.

https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/spregula/residuos_solidos/aterros_e_transbordos/index.php?p=4633

Rede Nossa São Paulo (2019). *Mapa da desigualdade 2019*. <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapa>.

Como citar este texto

Almeida, C.R.; Almeida, L.A. (2024). Que lixão é esse: uma história sobre racismo ambiental contada por Maria e seus filhos. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 10, n.2, 66-79. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137lixao>

RECEBIDO EM:03/06/2024
APROVADO EM: 02/08/2024

Sobre Nós

A Revista Pathos é uma iniciativa independente de seus editores, com publicações semestrais e que recebe textos em português de temáticas ligadas a saúde mental numa perspectiva ampliada, ou seja, não apenas dos tradicionais espaços de atenção em saúde mental, mas também de lugares, práticas e pesquisas decorrentes de áreas ligadas à educação, assistência social e jurídica, a partir de diferentes enfoques teóricos e categorias profissionais. A Pathos surgiu do desejo de um grupo de profissionais que atuam nessas redes, tendo como objetivo oferecer espaços dedicados à publicação de práticas oriundas desses campos de atuação de modo a construir “pontes” de saberes entre profissionais. Trata-se, portanto, de um espaço que foi pensado para compartilhar a voz dos trabalhadores e permitir a circulação de suas reflexões acerca das experiências de seu dia a dia de trabalho. O escopo desta revista é a produção de saberes da práxis e, desse modo, "práticas públicas" e "psicopatologia" implicam o tensionamento em seu dinamismo ético, clínico e político.



REVISTA PATHOS

www.revistapathos.com.br